

BRASIL MULHER

ANO INTERNACIONAL DA MULHER

ANO I

DEZEMBRO DE 1975 — Nº 1

Foto Chico de Resende



Pare de tomar a pílula

(Página 6 e 7)

Maria Salário-Mínimo

(Página 8 e 9)

e Domitila de Chungara

(Página 10 e 11)

você precisa conhecer

lenha no Opinião

(Página 5)

O Brasileiro, sobretudo um forte

BRASIL MULHER

Dezembro de 1975. Aqui termina o Ano Internacional da Mulher que, embora findo, não deve delimitar o empenho de homens e mulheres em prol da emancipação feminina e a daqueles que se encontram mutilados por qualquer forma de discriminação.

Fogos de artifício e propostas concretamente libertadoras surgiram nas conferências, simpósios, entrevistas, reuniões privadas ou públicas no Brasil e no exterior. A nossa sociedade, saturada pelas contradições que cria, promoveu este Ano com a finalidade de "dar à mulher uma oportunidade" para debater seus problemas, apoiadas por todos os governos — capitalistas ou não. Através de milhares de palavras lançadas diretamente ou através dos meios de comunicação, um grito foi dado: e ao que propõe inclusive uma mudança de mentalidade, juntamos o nosso.

O Brasil Mulher situa-se entre os que assumem a posição atualmente incômoda de discutir, informar, debater idéias e tenta em seu número 1 e último deste Ano Internacional da Mulher, apesar da modesta tiragem de 5.000 exemplares — contribuir para elevar o nível cultural e de informação das mulheres que nos lêem.

Nem sempre teremos, como já nos indicou o número 0, a felicidade de atingir com nosso material editorial, a todas as classes sociais despertando o interesse indiscriminadamente. A tradição da informação dirigida às mulheres é articulada por homens e mulheres para a coisificação feminina como sujeito e como objeto e a esse condicionamento a maioria das leitoras de revistas femininas já se habituou.

No momento em que nos propomos levar avante as próprias palavras do Presidente Echeverria ao abrir a Conferência do México "não há liberdade para a mulher enquanto não houver liberdade para o ser humano", as barreiras aparecem e se agigantam. Os primeiros solavancos se fazem sentir e não nos causam supresas. De outro lado, porém, o número Zero esgotou-se e corre de mão e mão, entre aqueles que se identificam com os nossos propósitos, numa resposta ao nosso editorial Nossa número 1 foi editado apesar das dificuldades e se depender apenas de homens e mulheres democratas será editado o número 2.

Desejamos ardorosamente que outras iniciativas se somem à nossa, da mesma maneira como estamos somando iniciativas anteriores, para que o Ano Internacional da Mulher não seja apenas uma data a mais nos calendários comemorativos oficiais, mas que seus propósitos se estendam até que reivindicar não se faça mais necessário.

Joana Lopes

ANISTIA

À Felicidade de Nosso Povo!

"Irmãos deste dia, que é meu dia, nadastes contra a correnteza da razão deles e fostes capturados. Dizem que eu também nadou contra a correnteza. Talvez em breve Eu esteja convosco, um violador da lei entre violadores da lei." (Jesus Junto a um Muro de Prisão — Mateus)

Com um ano de trabalho, parte de um caminho espinhoso, a Anistia saiu dos livros de Direito, das rodas fechadas para chegar aos ouvidos e bocas de cada um..

"As mulheres não são intrinsecamente melhores ou piores que os homens. Nem os moços melhores ou piores do que os velhos. Nem as oposições melhores ou piores que os governos. E, no entanto, é sobretudo com as mulheres, com os moços e com as oposições que temos que contar, nesse nosso mundo moderno, se ainda subsiste alguma esperança de atravessarmos, sem uma terceira guerra universal, esta passagem de uma civilização baseada na onipotência do capital. Para uma civilização baseada na sua humanização, pela liberdade da política e pela justiça social". Com estas palavras, Alceu de Amoroso Lima, inicia uma lição de democracia em seu artigo "Anistia e Reconciliação" publicado pelo "Jornal do Brasil" e pelo "O São Paulo", jornal da Cúria Metropolitana.

Amoroso Lima, o pensador cristão de 80 anos, firme combatente pela Anistia, ressalta a importância dessa luta no sentido de pouparmos a humanidade, o mais possível, da volta de uma nova idade antropofágica. Defende acima de tudo a participação da mulher no cumprimento dos três pontos fundamentais fixados por João XXIII: a elevação social das classes trabalhadoras; o fim do colonialismo e a promoção do sexo feminino.

As mulheres, para sua reintegração como elemento vivo de uma sociedade, a tarefa política e social designada é a de fazer valer o que mais falta ao mundo moderno nesse momento histórico. Para Alceu Amoroso Lima, a palavra redentora é **Reconciliação**.

Outro nome de Reconciliação:
Anistia

"Se quisermos preservar a nossa unidade nacional, começemos pela Anistia. Se quisermos que a nossa mocidade saia do seu marasmo, Anistia. Se quisermos combater o terrorismo, Anistia. Se quisermos que a condição lamentável do nosso homem do campo se humanize, Anistia. Se quisermos que o nosso parque industrial, o maior da América Latina, não seja uma colossal usina de poluição mas um processo de elevação social do operário urbano, Anistia... Se quisermos que o nosso povo participe realmente do futuro de nossas instituições e não seja apenas instrumentos de oligarquias nacionais ou interesses econômicos multinacionais, Anistia. Se quisermos, em suma, defender a nossa independência nacional e preparar a lição de humanismo brasileiro, com que podemos colaborar para a civilização universal, como potência que um dia seremos, recomeçemos pela Anistia".

Esta é a definição de Amoroso Lima da "reconciliação de um povo consigo mesmo".

"A LUTA PELA ANISTIA — SR C.M. ASSIS — NÃO É DE GUERRA, É DE PAZ..."

Apesar da Anistia se tornar dia a dia uma necessidade imperiosa em nosso país, nem todos comungam do mesmo pensamento, nem todos têm na solidariedade humana, na democracia, o seu dia a dia, a sua preocupação. Um exemplo disso, encontra-se no "Diário de Notícias", de Porto Alegre, na Coluna da Revolução de C. M. Assis:

"Depois de uma grande promoção para a venda ao povo brasileiro do "Projeto Anistia", projeto gerado e concebido pelo arcebispo de São Paulo de nome ARNS, o qual sofreu um rotundo fracasso...".

Por caminhos tortuosos e obscuros C.M. Assis

em seus princípios anti-democráticos, tenta, em sua coluna, difamar homens como D. Paulo Evaristo Arns, o clero, políticos e o povo brasileiro argumentando, entre outras coisas, que "Anistia é para que Francisco Julião Volte ao Brasil, para reorganizar os agricultores sem terra, que invadiam fazendas, que destruíam a produção agrícola do Rio Grande em "passado não muito remoto", coisas que ele teme como quem teme a própria história do Brasil.

Mas como a história não é feita de homens apenas como C.M. Assis, as mulheres da Comissão Gaúcha do Movimento Feminino pela Anistia, no Rio Grande do Sul, prontamente responderam ao "grande pensador" em carta aberta publicada pelo mesmo jornal no dia 8 de outubro, onde ressaltam o apelo do Cardeal Arcebispo de São Paulo — Dom Evaristo Arns de uma "anistia ampla e generosa para os presos políticos de nossa terra como uma atitude de justiça e exatidão, atitude dos verdadeiros cristãos de todos os tempos, atitude que converte, arrebata, comove, ilumina".

**"COMO SE A LIBERDADE DE UM Povo
QUE AMA A
LIBERDADE PUDESSE SER A LIBERDADE DE
UM Povo
QUE AMA A ESCRAVIDÃO"**

Assim prossegue a Carta Aberta: "A Anistia visa a pacificação da família brasileira. Desejamos unir o povo brasileiro para que todos juntos possamos resolver os problemas que nos afligem."

"Não cremos ser medida patriótica utilizar a ameaça do comunismo para defender governos de exceção, governos onde a autoridade se desautoriza, desautorizando o cidadão, governos onde possam executar os jovens sem direito à defesa, julgados por Tribunais Militares.

...Desejamos lembrar a V.Sa., que a Anistia é um ato de grandeza que nunca esteve ausente de nossa História: que o Rio Grande, depois de dilatar as fronteiras da pátria, conquistou suas liberdades civis e nunca aceitou a liberdade fracionada — como se a liberdade, que é um bem, fosse um mal, como se a liberdade, que é uma garantia, fosse um perigo, como se a liberdade de um povo que ama a liberdade pudesse, acaso, ser liberdade de um povo capaz de amar a escravidão.

"A luta pela Anistia — sr. C.M. Assis — não é de guerra, é de paz; não é de desordem, é de ordem; não é de violência, é de persuassão; não é de ódio é de amor — de amor ao direito, à paz, à grandeza de nosso país, à felicidade de nosso povo".

O exemplo das mulheres gaúchas é uma parte do trabalho árduo que as mulheres brasileiras assumiram no Ano Internacional da Mulher. Em nenhum momento a Anistia foi esquecida: assinaturas foram e estão sendo recolhidas em prol do Movimento, adesões se processam dia a dia, os brasileiros vão assumindo suas responsabilidades de cidadãos.

E a vigília, sempre, para que haja igualdade entre os homens, garantias de segurança e para que todas as noites sejam uma noite de "indulto de Natal", para a felicidade de nosso povo, é que as mulheres brasileiras prosseguem, buscando aliados em todos os cantos do mundo.

"Estais confinados, mas não sozinhos. Muitos são os prisioneiros que caminham pelas ruas abertas..." (Jesus junto a um muro de prisão-Mateus)





A Arena e o MDB de Campos do Jordão se uniram, no dia 29 de agosto, para aprovar por unanimidade uma moção de apoio ao Movimento Feminino pela Anistia.

A moção, apresentada pelo vereador Clóvis Soares Azevedo, do MDB, ressaltava, na comemoração do Ano Internacional da Mulher, a anistia como plataforma do Movimento Democrático Brasileiro.

Na comemoração dos 27 anos da Declaração dos Direitos Humanos, promovida por diversas entidades do país, o Movimento Feminino pela Anistia se fez presente.

Nas mãos do Movimento, foi depositada a responsabilidade de abrir a Semana dos Direitos Humanos, promovida por 14 Centros Acadêmicos da USP, Comissão de Justiça e Paz e Frente do Trabalho, que se realizou de 10 a 15 de novembro, em São Paulo.

No dia 19 de novembro, em Ribeirão Preto, a Anistia foi um dos temas. Terezinha Zerbini, coordenadora nacional do Movimento, abriu os debates juntamente com madre Cristina, psicóloga e professora do "Sedes Sapientiae" e o escritor e jornalista João Antonio.

Em Belo Horizonte, no dia 25 de novembro, os debates sobre a Semana dos Direitos Humanos foram também abertos pelo Movimento Feminino pela Anistia e pelo deputado Ailton Soares do MDB de São Paulo.

Na ocasião da morte do jornalista Wladimir Herzog, encontrado morto nas dependências do DOI, em São Paulo, o Movimen-

to esteve solidário com o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e se fez representar nas Assembleias estudantis, realizadas no Rio e em São Paulo, contra as prisões indiscriminadas e arbitrárias que se processam no país.

No Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, realizado de 13 a 20 de outubro, na Câmara Municipal de São Paulo, Terezinha Zerbini falou em nome da Cúria Metropolitana, ressaltando o papel da mulher na sociedade: "Como parte do diagnóstico da mulher paulista devemos tomar consciência de que ela é cidadã e caminha lado a lado com o homem. Estamos partejando um mundo novo e todo parte é doloroso. Estamos assistindo a todas essas convulsões mundiais, e somos 50% da população do mundo, um contingente revolucionário intocado. Devemos trabalhar com seriedade."

"Apesar do Brasil ser signatário de todas as declarações universais de direitos humanos e a nossa Constituição vigente conter todos os princípios formais para protegê-los, constatamos uma situação de angústia profunda e temor justificado quanto à efectiva defesa dos direitos do cidadão" — Assim, Lisaneas Maciel (MDB-RJ), argumentou sobre seu projeto de lei que assegura proteção imediata para todo o cidadão preso sob qualquer circunstância, e que deveria ser votado no plenário da Câmara Federal.

NÃO OPRIMAS TEU IRMÃO" (Lev 25, 14)

"Aos cativeiros a redenção, aos oprimidos a liberdade", com estas palavras a Assembleia Geral Regional da Comissão Episcopal Regional Sul I da CNBB se manifesta em seu documento "Não Oprimas teu Irmão", aprovado em Itaici (SP) a 30 de outubro.

O documento, que a todo momento ressalta a situação de insegurança em que vive o povo brasileiro diz: "Não é lícito efetuar prisões da forma como frequentemente estão sendo feitas entre nós; sem identificação da autoridade coatora nem dos agentes que a executam, sem a comunicação ao Juiz Competente dentro do prazo legal... (Cf. Constituição 1969-Art.153 §13)

"Não é lícito utilizar no interrogatório de pessoas suspeitas... métodos de tortura física, psíquica ou moral, sobretudo quando levados até à mutilação, à quebra da saúde e até à morte como tem acontecido" ... (Cf. Constituição, Art.153 §14)

No documento de Itaici, os bispos de São Paulo se propõem a caminhar junto com todos

O Rei Decreta Indulto O Povo Quer Anistia

Escassa generosidade e excessiva discriminação são as principais acusações que pésam sobre o rei da Espanha, Juan Carlos I, pelo indulto outorgado no dia 26 de novembro a prisioneiros.

Segundo a advogada democrata Joaquin Ruiz Jimenez, presidente da organização internacional "Justiça e Paz", que defende os direitos humanos, as medidas de clemência decretadas "são tão restritivas que poderiam ser menos importantes que as adotadas por Franco".

O aspecto mais importante do indulto é o seguinte: as penas de morte que possam ser dadas contra militantes bascos ou do FRAP — Frente Revolucionária Anti-Fascista e Patriótica, implicados em atos políticos anteriores a 22 de novembro, serão automaticamente comutadas. Mas a partir daí o indulto é muito seletivo e de alcance limitadíssimo.

Em um país de 15 mil presos comuns e mais de 2 mil presos políticos, acredita-se que não se atingirão 100 presos políticos. A amargura pela exigüa das medidas de clemência foi confirmada no dia 2 de dezembro, quando já tinham sido libertados mil presos, dos quais só 13 eram presos políticos. Entre estes estava o líder do Partido Comunista, Marcelino Camacho, condenado a 20 anos de prisão. Restavam apenas 30 meses para serem cumpridos.

Segundo a imprensa, entre os presos a serem indultados incluem-se desde condenados por delitos econômicos, jornalistas condenados por infração da lei de imprensa vigente até torcedores de futebol, punidos por má conduta durante partidas.

Para a agência France Press, as limitações do indulto refletem a existência de terríveis pressões dos setores duros do regime, temerosos que a clemência real fosse demaisada "generosa" ou geral.

"Anistia, Anistia"

Fora a anistia dos países da Meca da Comunidade Europeia,

os grupos e instituições que lutam pelo respeito da pessoa humana em nosso país, e condenam os representantes do governo para "que se coloquem, com atos e palavras, em favor da defesa e afirmação dos Direitos Humanos."

... "Eis que a voz do sangue de teu irmão clama por mim desde a terra" (Gen 4, 10). Não Matarás (Ex 20, 13)"

"Pedimos nós, mães, irmãs, esposas, filhas, enfim, todas as mulheres brasileiras de boa vontade, ajuda para que se faça chegar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, o apelo no sentido de que, ainda neste Ano Santo, seja outorgado o Diploma Legal da Anistia, comemorando-o de forma positiva e conduzindo nossa Pátria para a Liberdade, Justiça e Paz" — Assim, o Movimento Feminino pela Anistia, do Brasil, escreve ao Papa Paulo VI.

Além da carta ao Papa, o Movimento enviou também à presidente da República Argentina, Isabelita Perón, a proposta da mulher brasileira feita durante o Congresso do Ano Internacional da Mulher, realizado no México. Eis o final da carta: "Rogolhe, tenha coragem de passar para a História Argentina sendo a Pacificadora — concedendo uma anistia ampla e irrestrita".

Em um documento de 16 páginas, a "Anistia Internacional" relaciona os países: "Na Argentina, 25 advogados foram presos, após terem sido ameaçados de morte e proibidos de exercer sua profissão".

"No Brasil (11 presos), Espanha e África do Sul (8 presos cada um); No Uruguai, União Soviética, Chile, Haiti, Coréia do Sul, Cuba, Israel, Portugal, Paraguai, Arábia Saudita e na Índia, os juristas foram detidos ao defender os direitos fundamentais de liberdade de palavras e de ideologia" — afirma o relatório.

Para a organização, essas prisões se constituem em "atentado contra a independência e integridade do sistema jurídico mundial".

"Tal independência e integridade são essenciais, especialmente em situações de comoção e de conflitos internos, quando a justiça é, invariavelmente, a última proteção contra a escalada de repressão e violência" — Jornal do Advogado.

"Parece um paradoxo que Homens tenham de recusar alimentação para sobreviverem como seres humanos. Mas o paradoxo não se situa aí. Está, isto sim, no fato de presos políticos conseguirem sobreviver num país onde a tortura física e moral é uma norma, a legislação prevê a pena de morte e, além disso, centenas de homens são assassinados sumariamente, engrossando as listas de presos políticos "desaparecidos".

Assim, os presos políticos do Estado do Rio de Janeiro se solidarizaram com seus companheiros do Presídio de Itamaracá. Esses estavam em greve de fome pelo retorno de prisioneiros que haviam sido isolados em quartéis; e, contra a tentativa de divisão física objetivando desmembrar a comunidade dos presos.

ainda existe a esperança da proclamação de uma anistia geral na Espanha, para que se comprove que o novo regime orienta-se para a democracia.

O povo espanhol, descrente de uma esperança pacífica e silenciosa, exige anistia. A prisão de Carabanchel, situada no subúrbio de Madri, onde estão alojados mais de 300 detidos políticos, foi palco do descontentamento popular.

Uma concentração na frente da prisão foi convocada no dia 27 de novembro pelas organizações de familiares de presos políticos, comitês de bairros e Comissões Operárias. Cerca de três mil pessoas congregaram-se desde as primeiras horas da dia frente aos muros de ladrilhos vermelhos da prisão, apesar de um importante dispositivo policial ter sido acionado.

Os muros exteriores do estabelecimento carcerário eram custodiados por policiais armados com metralhadoras, enquanto um esquadrão de cavalaria e um grupo de policiais com pistolas, gases e bastões permaneciam no interior, dispostos a intervir em caso de incidentes.

Quando as três mil pessoas já se congregavam nos terrenos situados em frente à prisão, um alto falante deu ordem

de dispersão, ao mesmo tempo em que o esquadrão de cavalaria avançava sobre os manifestantes para evacuar a área. Nestas circunstâncias, os manifestantes começaram a abandonar o lugar aos gritos de "Anistia, Anistia e Liberdade".

A concentração diante da prisão de Carabanchel constitui a manifestação mais importante realizada em Madri nos últimos anos, sendo também a mais numerosa realizada diante das portas da prisão.

Com a repressão, a prisão de dois jornalistas e três atores, além de inúmeros participantes da concentração — que tiveram ferimentos leves — o povo espanhol conheceu os limites da "abertura" do regime de Juan Carlos.

Mas os espanhóis, popularmente conhecidos por sua "teimosia" e persistência, não se dão por vencidos: no mesmo dia, poucas horas depois do ataque policial aos manifestantes de Carabanchel, mais de 1.500 pessoas marcharam pelos centros da cidade, em San Sebastián e Barcelona, exigindo anistia e o restabelecimento das liberdades vigentes durante a república.

Os Fatos Estão Aí

Irmã Imeida:
Sem amor
é estupro!

"Aceitei essa causa, sem cobrar honorários, pela convicção que um casamento sem amor não passa de um estupro" — esta colocação é da freira e advogada Irmã Imeida Lima Pontes, da Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria, no Ceará. É a primeira freira a advogar, funcionando num caso de nulidade de casamento religioso realizado "sem amor", como sustentou em sua defesa junto ao Tribunal Eclesiástico da Arquidiocese de Fortaleza.

Jornal do Advogado", setembro.

Baleeiro diz
que AI-5
não cai!

"Não acredito que um dia o presidente da república anuncie ao país que no dia tal, a tantas horas, na praça dos Três Poderes, ao som do Hino Nacional, assinará a revogação do AI-5. Pois se a história ensina que nenhum ditador, jamais, espontaneamente e por iniciativa própria pôs termo a uma ditadura, também não se deve ingenuamente supor que o beneficiário de uma legislação excepcional se disponha a abrir mão dela" — disse Aliomar Baleeiro, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, ao "Jornal do Advogado", setembro.

Nossas
professoras
estão pobres.

Existem no país 491.921 professoras de primeiro grau. A maioria delas sofre um drama comum: o salário baixo, sempre atrasado. Em Minas, o pagamento atrasa até dez meses e as professoras, para sobreviver, são obrigadas a vender os cheques que deverão receber, muitas vezes por menos de seu valor. No Norte do país, as professoras rurais recebem até 40 cruzeiros por mês e entre as do Mato Grosso a situação é ainda pior, recebem até 15 cruzeiros por mês.

Jornal Movimento, 15 de setembro

Você já viu
um rico
preso?

Na Islândia mulheres param o país.

Pela primeira vez na história do sindicalismo mundial, uma greve geral feminina paralisa um país por 24 horas em protesto contra a discriminação salarial. Foi em Reiquiavique, capital da Islândia, no dia 24 de outubro, onde, pelo mesmo trabalho, a mulher recebe um salário 30% inferior ao do homem.

"Se não bastar uma greve, faremos duas, três, quatro" — advertiu uma líder sindical, mas é provável que isso não seja necessário pois a primeira greve teve efeitos importantes: paralisou os serviços telefônicos, os transportes aéreos e a indústria pesqueira, grande fonte de divisas do país.

O Estado de São Paulo, 24 de outubro

Feminismo: A opressão está por baixo de tudo.

Uma mulher que trabalha em casa, em São Paulo, ganha: 30 centavos para arrematar uma blusa; um cruzeiro para empilhar um milheiro de cartões de Natal; treze cruzeiros para bordar uma dúzia de calcinhas de crianças; dois cruzeiros para armar mil carrinhos de brinquedo: Essas informações foram dadas por algumas operárias, dia oito de novembro, durante os debates promovidos pelo Centro Brasileiro da Mulher, como parte da Semana denominada "Mulheres em Questão".

Avon: Mais creme, menos salário.

Enquanto a AVON — maior casa de cosméticos do mundo — promove a valorização da mulher para lhe vender mais batons e cremes, se queixam as 750 mil funcionárias de Roma: "a nenhuma de nós são confiados cargos de responsabilidade". Elas reivindicaram à direção da empresa, igualdade salarial e normativa com os colegas homens, senão paralisariam as vendas.

Folha de São Paulo, 17 de outubro.

Nossas camponesas estão pobres.

Durante os quatro meses que acompanharam essas mulheres (um grupo de 30 trabalhadoras que prestam serviços como volantes na Fazenda Águas Claras, em São Paulo) elas executaram as mais diversas tarefas: inicialmente colheram café. Quando a colheita acabou e parou o trabalho por empreitada, elas semearam manualmente arroz e milho, limparam o café, arroz e milho com enxada e adubaram os pés de café, podaram alguns deles, plantaram e limparam pastos e, em meio a estas tarefas agrícolas, realizaram uma série de serviços ocasionais, tais como: limpar valas de drenagem, após uma forte tempestade, enfiadas na lama até os joelhos, carregar tijolos de um caminhão, cavar valas de encanamento nos lotamentos que a fazenda possui e preparar a recém traçada estrada para asfaltamento. Diante das minhas insistentes perguntas sobre se isso ou aquilo era serviço para mulher, deram uma resposta retórica: "a gente não está fazendo???"

Trabalho da professora Verena Martinez-Alier, da Unicamp, apresentado na REUNIÃO NACIONAL SOBRE MÃO DE OBRA VOLANTE NA AGRICULTURA. Extraído do jornal Movimento, 24 de novembro.



As geólogas Hilda Renk Teixeira e Maria Cláudia Cunha, e as químicas Fumyo Sambuchi, Maria das Graças Tostes e Rosana Chacaxiro, foram barradas na inscrição para um concurso da Petrobrás. Diante do protesto das mulheres, a Petrobrás usou o argumento do trabalho insalubre, redigido pela CLT.

Mas a CLT assegura às mulheres o direito de trabalharem, desde que sejam usados sistemas de proteção para a eliminação da insalubridade. E a Constituição é clara quando proíbe o empregador de discriminá-lo em função do sexo, e quando assegura a igualdade salarial entre homens e mulheres.

Nossas operárias estão pobres.

O QUE SIGNIFICA SER HOJE UMA MULHER PROFISSIONAL NO BRASIL?

Foi para responder esta pergunta que a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) promoveu uma mesa redonda, dia 23 de outubro, com a participação de uma teatróloga, uma escritora, uma procuradora geral, uma jornalista e uma professora universitária. As expositoras concluíram: as barreiras enfrentadas pela mulher em sua vida profissional são muito mais decorrência de um processo histórico de opressão do que de uma legislação discriminatória".

O Estado de São Paulo, 24 de outubro

"As dez maiores empresas estrangeiras, em toda sua existência no Brasil, investiram 988,8 milhões de dólares, mas em apenas 10 anos remeteram para o exterior 774,5 milhões de dólares" — disse o deputado Alencar Furtado (MDB-PR), presidente da CPI das Multinacionais.

Jornal Movimento, 24 de novembro.



"MS" não é uma sigla, é a nova forma que qualifica a mulher norte-americana e substitui os tradicionais "MISS" (senhorita, mulher solteira) "MISSES" ou "MRS" (para mulher casada). Essa nova fórmula foi criada pelo movimento feminista norte-americano, que pretende acabar com a discriminação que obriga a mulher dos Estados Unidos a declarar seu estado civil praticamente a toda hora, como acontece ainda na Europa e na América Latina.

Folha de São Paulo, 4 de novembro

Economia Brasileira: A CARA...

"Das 21,7 milhões de crianças até seis anos existentes no país, dez milhões podem ser consideradas carentes, desassistidas ou marginalizadas" — disse o deputado Carlos Santos, relator da CPI do Menor Abandonado.

As empresas de alimentos, segundo dados revelados agora, terminaram o ano de 1974 entre as mais endividadas, em virtude das vendas baixas.

Jornal Movimento, 27 de outubro e 24 de novembro

Levantamento do DIEESE, que faz estudos sobre a qualidade da vida e salários para os trabalhadores de São Paulo, revela que o custo de vida para uma família assalariada aumentou 2,13% em setembro. O poder de compra do salário mínimo caiu 16% e agora seu valor real é igual ao do salário de maio de 1974.

"No desemprego, baixos salários, ambientes ruins, falta ou omissão de assistência médica e educacional, temos a fonte multiplicadora da criminalidade e da marginalização. Nas classes abastadas não vai além dos 2%, sendo esta porcentagem constante internacionalmente. O problema é sócio-econômico" — foi o que concluiu o "Jornal do Advogado" nº 17, de outubro, numa entrevista com o Secretário da Justiça de São Paulo. O "Jornal do Advogado" é órgão oficial da Secção Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil.

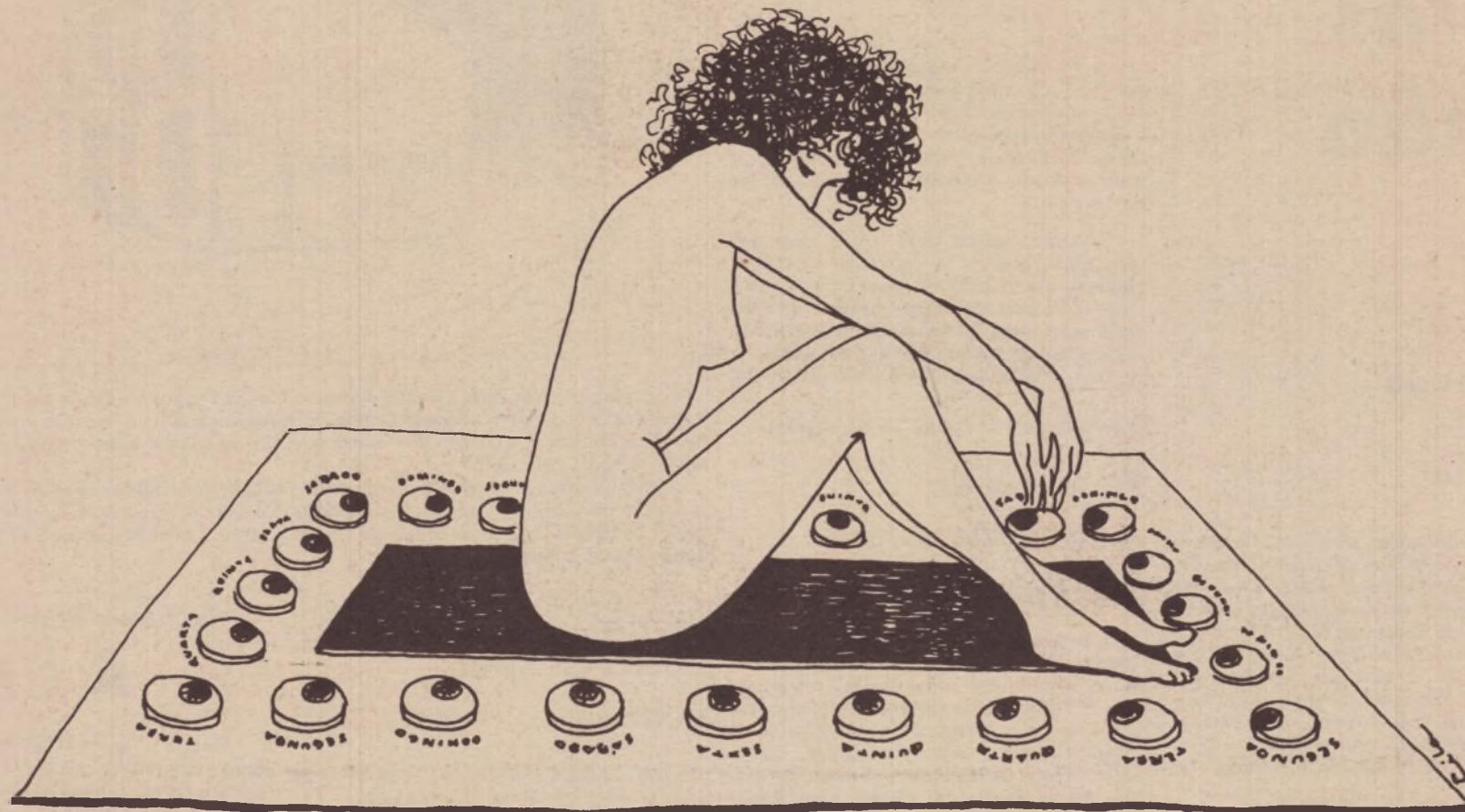
Cerca de 60% das crianças de um a quatro anos, no Nordeste, são desnutridos e 30% alimentam-se apenas do leite materno até os três meses — disse o presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, Bertoldo Kruse.

Oitocentos mil trabalhadores ainda estão ameaçados de perder os empregos em consequência das geadas que destruíram os cafezais do Paraná, em julho.

...E A COROA

O ex-governador do Estado do Rio, Raimundo Padilha, deverá depor na Assembleia Legislativa para explicar porque nas contas de seu governo há uma diferença de Cr\$ 124 milhões entre o que foi gasto e o que estava previsto no orçamento. Seu filho, Raimundinho Padilha, gastou Cr\$ 800 mil sem prestar contas.

O Ministro da Educação e Cultura, Nei Braga, recebeu um grupo de atores em Brasília. Na saída, Elke Maravilha deu-lhe um beijo, um tapinha no rosto e fez uma recomendação: "Juiz, viu ministro". Jornal Movimento, 24.11.75.



PÍLULAS . . .

O arcebispo de Natal, dom Nivaldo Monte, criticou o trabalho realizado pela Benfam no Rio Grande do Norte, sugerindo que o governo assuma a responsabilidade técnica, científica e moral do emprego maciço de medicamentos anticoncepcionais nas mulheres, o qual, segundo ele, vem sendo feito de "maneira indevida".

Disse que, com base em informações que tem recebido de padres e leigos residentes no interior, na maioria dos municípios potiguares, a distribuição dos anticoncepcionais vem sendo feita sem a assistência de especialistas e, muito menos, de técnicos devidamente autorizados e em condições de "fazer esse trabalho científico".

Para o arcebispo, "a Benfam é um órgão nocivo à sociedade, principalmente pela maneira compulsória com que age em todos os municípios do Estado."

("O São Paulo" 8/14 de novembro de 1975)

A Distribuição dos Anticoncepcionais ao Redor do Mundo

Desde agosto de 1973, as autoridades governamentais do Rio Grande do Norte vêm administrando um programa de distribuição comunitária de anticoncepcionais. Este programa é avaliado tecnicamente pela APF (Planned Parenthood Federation of América) local que adota o nome de "Sociedade Civil de Bem Estar Familiar no Brasil" (Benfam).

A revista "Os Povos" (volume 2, nº 5, 1975), editada em Londres pela IPPF — 18-20 Lower Regent Street, Londres SW1Y4PW — em sua página 5 informa sobre o controle da natalidade exercida pela Benfam na população feminina do Rio Grande do Norte: "Todos os trabalhadores práticos do programa são voluntários que começaram suas atividades após um curso de treinamento intensivo, em três dias."

"Em agosto de 1973 foi iniciada a distribuição de anticoncepcionais, em sete municípios, escolhidos previamente. O pro-

gresso alcançado nesta fase inicial foi prejudicado, no final do ano, por pressões políticas e religiosas, correndo o plano, perigo de terminar nos tribunais, se insistissemos no não cumprimento das determinações do Ministério da Saúde com respeito à ilegalidade de repartir pílula sem receita."

A solução é apresentada em seguida:

"Para evitar este risco, o programa nomeou vários assessores médicos e implantou um sistema mais detalhado (e incômodo) de registro."

"Quando estas pressões cederam, em 1974, o projeto voltou a funcionar, estendendo-se a dois municípios por semana, no mês de março, alcançando na região o total de 150".

Conclusão: "Entre o início do programa e o final de 1974, calcula-se que 45.000 mulheres receberam por um ciclo a pílula e, destas, 31.000 se tornaram consumidores efetivos, ou seja: 12% das mulheres em idade fértil, do Estado do Rio Grande do Norte. O Programa organizou também 34 cursos para treinar 539 voluntários, entre eles 245 professores, 96 enfermeiras e auxiliares sanitários e 40 "curiosas".

"Eu sei que tem outra forma de evitar filhos, mas ninguém nunca me ensinou... Talvez porque as farmácias deixariam de vender os anticoncepcionais".

J. C. C. tem 24 anos e vive há dois anos com um viúvo que já tinha 4 filhos. Depois de casados ela teve um filho: "Aí, eram 5 bocas para dar de comer".

Do pequeno salário de seu marido (menos de mil cruzeiros), a distribuição feita já era rigorosa. Por isso, a única saída para a contenção dos gastos, vislumbrada por ela, era o controle da natalidade: "Topei a pílula dois anos sem parar. Um médico lá da Benfam me fez um exame e disse que eu devia tomar Evanor."

"Quando comecei a trabalhar parei de tomar a pílula. Espero há dois anos para ter um outro filho e não dá certo, não sei porque."

"Olha, se deixar de ter filhos por falta

de condição econômica de sustentar é controlar a natalidade, por ter muita gente no mundo, eu não estou sabendo. Só sei que gostaria de ter mais filhos para que enchessem minha casa de alegria".

O Controle

por Falta de Tempo

Numa cidade do Sul do país, com 280 mil habitantes, as farmácias do "centro" vendem uma média diária de 25 envelopes de anticoncepcionais, cujos preços vão de 10 a 12 cruzeiros. Uma universitária de 29 anos, casada há cinco, mãe de dois filhos (que não recorre à Benfam, embora ela exista na cidade com um posto central), apresenta seus motivos de consumidora: "Atualmente, a gente é obrigada a controlar o número de filhos por falta de tempo, para dar-lhes melhor educação". Ela não usa outros métodos inofensivos como calendários e termômetros "porque tiram a liberdade íntima": "Eles restringem as relações a um tempo mínimo, fazendo com que cada encontro entre o casal seja uma preocupação, se desejam evitar filhos."

Para ela os homens também devem participar do controle da natalidade: "Eu e meu marido somos a favor da pílula masculina que estão pensando em lançar no mercado. Assim, a responsabilidade seria dividida entre os dois, contribuindo para que a ovulação da mulher volte a ter um funcionamento melhor, enquanto o marido toma a pílula".

A visão "caseira" da mulher sobre a pílula e o controle da natalidade é sempre obscuro. Foi-lhe impingida a tarefa de entregar-se de corpo e alma aos laboratórios farmacêuticos, tarefa que lhe causa insegurança e cujas reais consequências ela desconhece.

A sociedade atual incumbiu a mulher de controlar a capacidade de alimentação e a distribuição de renda no mundo.

Brasil Mulher aborda científicamente

o assunto, a através do artigo escrito pelo Dr. Mário Victor de Assis Pacheco, livre docente de Clínica Ginecológica da Faculdade de Medicina da UFRJ e Secretário Geral da Assembleia Médica do Estado do Rio de Janeiro. Este artigo é publicado com exclusividade por "Brasil Mulher".

Por que as Mulheres

Não Devem Tomar

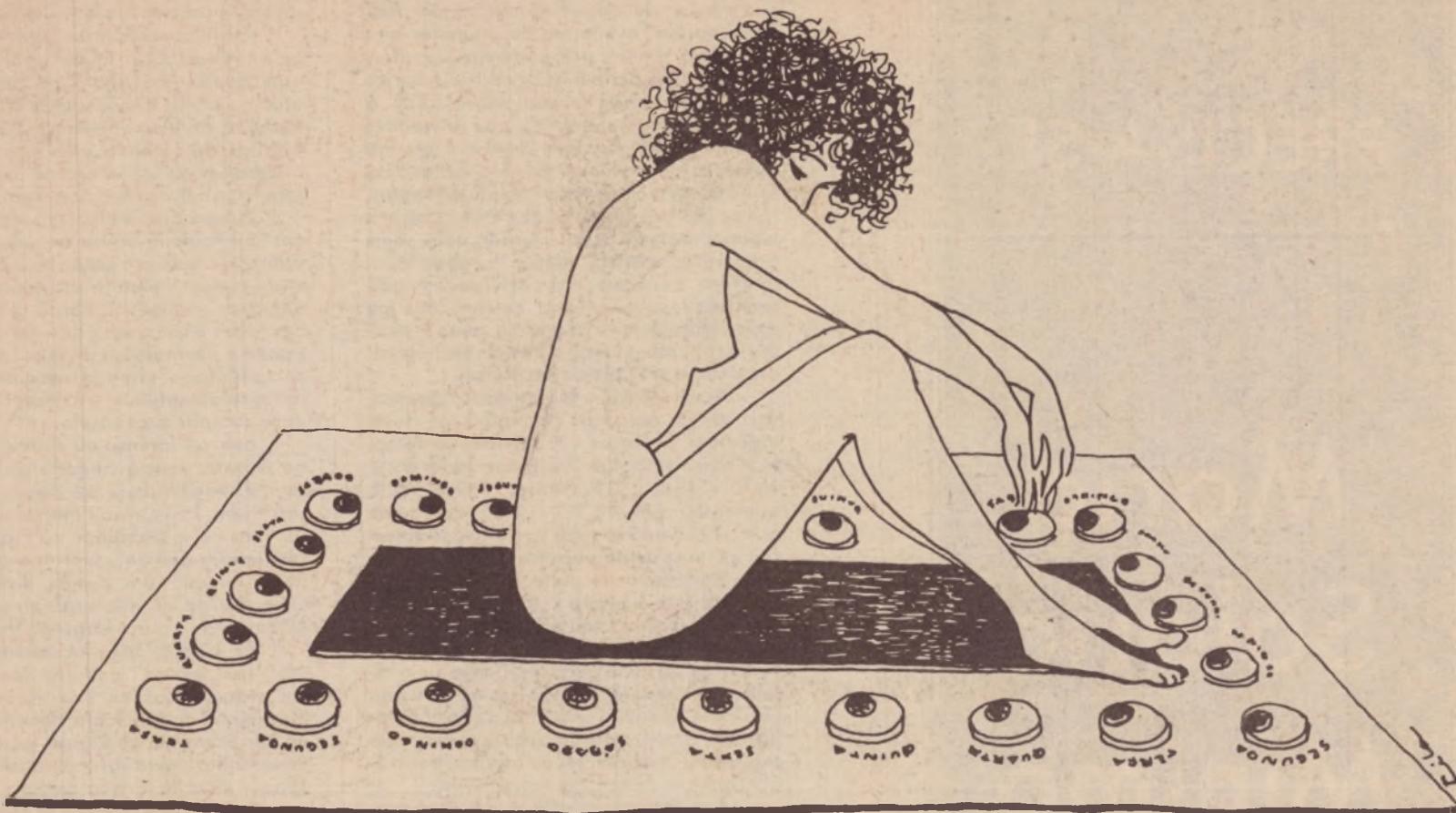
as Pílulas Anticoncepcionais?

A anticoncepção é legítima, por imperativos de ordem médica ou razões de fato íntimo da mulher, desde que sejam usados métodos realmente científicos e processos aprovados, que não colidam com os sentimentos religiosos da pessoa. Pois assim se evitam efeitos secundários não desejados e muitas vezes desastrosos, quer físicos, quer psicológicos.

Ainda não foi descoberto o anticoncepcional ideal, isto é, eficiente, de fácil consumo e, principalmente, que não interfira no funcionamento normal do organismo, especialmente do conjunto de órgãos que regulam a fertilidade (a hipófise, os ovários e os testículos).

Há estudos sérios mostrando o caminho correto a percorrer, mas a descoberta desses novos métodos não tem obtido o apoio material, principalmente financeiro, para conclusões definitivas e irrefutáveis, tal apoio é todo jogado em investimentos maciços na produção das atuais "pílulas", de rentabilidade industrial e comercial garantidas.

O mecanismo antinatalista da "pílula" consiste no fato de que seus hormônios sexuais artificiais, de ação semelhante aos produzidos normalmente pelos ovários, tomados diariamente mantêm freada a hipófise feminina. Esta deixa de estimular, então, os ovários a produzirem seus próprios hormônios. Dessa forma, não amadurecem os folículos ovarianos e nenhum folículo maduro atinge a superfície do



ORA PÍLULAS

ovário, que deixa de se romper para expulsar normalmente um óvulo a ser fecundado pelo espermatozóide.

Nessas condições, enquanto usa as "pílulas", a mulher passa a ser abastecida sexualmente de hormônios sexuais artificiais, pois seus ovários, não mais estimulados, deixam de funcionar. Não há ovulação, não há gravidez, mas o preço pago pela mulher é muito caro, porque, além de gravíssimos e frequentes acidentes, ela marcha inevitavelmente para o ATROFIADOS OVÁRIOS não funcionantes durante prazos médios ou longos.

Não é, aliás, por outro motivo que o patriarcado industrial e científico até hoje não lançou à venda a "pílula" para o homem, constituída de hormônio macho artificial e descoberta no exato momento em que foi sintetizada nos laboratórios a "pílula" para a mulher. A mulher, tendo seus ovários invisíveis e por ela impalpáveis — ao contrário do homem — não percebe a progressiva ATROFIA DOS OVÁRIOS, que acarreta o envelhecimento precoce, a menopausa prematura e disfarçada por uma menstruação artificial cíclica, obtida às custas dos hormônios das "pílulas" em substituição aos seus, não mais produzidos pelos ovários atrofiados.

Suprimindo o funcionamento normal da hipófise — que deixa de produzir secreções estimulantes dos ovários — e dos próprios ovários, que deixam de secretar seus hormônios sexuais (que normalmente suprem a mulher/ condicionando-lhe feminilidade), a "pílula" contraria a fisiologia feminina.

Produzindo os mais diversos acidentes circulatórios, nervosos, hepato-renais e ainda o câncer da mama, a "pílula" é patogênica, ou seja, geradora de doenças.

Mas, o uso da "pílula" ainda contraria princípios fundamentais da farmacologia e da terapêutica. Nós, médicos, receitamos um medicamento levando em consideração o sexo, a idade, o peso, o grau de robustez física, e outras condições peculiares a

cada indivíduo, procurando, tanto quanto possível, personalizar a receita para torná-la mais efetiva.

Para tanto variamos as doses, seja modificando os intervalos, seja o volume a administrar. E, conforme o caso clínico, aconselhamos certos medicamentos a serem tomados diariamente, em dias alternados, três vezes ao dia, de quatro em quatro horas ou semanalmente. Podemos receitar um medicamento para ser tomado em gotas; colheres de café, sobremesa, chá ou de sopa ou uma injeção diariamente, de 3 em 3 horas, duas vezes por semana, um terço ou metade apenas da ampola. Em suma, variando os intervalos e a quantidade, o médico tem várias opções para enquadrar o doente a tratar com uma terapêutica correta; adequada ao indivíduo e com pleno conhecimento da ação farmacológica da dose do medicamento empregado.

E O QUE SUCEDE A ESTE RESPEITO COM O USO DA "PÍLULA"?

A mesma "pílula" de certo fabricante é tomada por jovens de 17 anos e senhoras de mais de 40 anos de idade, pelas magras e as gordas, pelas altas e as baixas, pelas robustas e as franzinas, pelas que menstruam normalmente e pelas que o fazem de modo anormal, pelas mulheres calmas, nervosas ou deprimidas, pelas que têm apetite sexual normal ou não, COMO SE TODAS ESSAS MULHERES FOSSEM ABSOLUTAMENTE IGUAIS.

Mesmo no mundo subdesenvolvido, os progressos da higiene e da medicina, e de modo especial da engenharia sanitária, têm permitido uma mais longa sobrevida. Ou seja: uma expectativa de vida de mais de 75 anos para as mulheres do mundo adiantado e talvez 65 anos para as mulheres do mundo atrasado. Evidentemente, tal expectativa de vida não é para todas as

mulheres, mas apenas para a minoria das mais elevadas classes sócio econômicas. Os que lucram com a existência e produção industrial da "pílula" viram nesse maior número de mulheres acima dos 50 anos de idade um novo mercado para a aquisição das "pílulas".

E desta forma a propaganda industrial e comercial passou a induzir mulheres desinformadas a aceitarem a "pílula" para os males da chamada idade crítica da mulher, como se não houvesse, já há tanto tempo, os hormônios necessários para serem tomados de modo descontínuo. Fazemos essa advertência para alertar também as senhoras de mais idade sobre os perigos das "pílulas". E um dos maiores perigos das pílulas anticoncepcionais é o fenômeno da adaptação aparente do organismo humano a seu uso continuado.

Vamos explicar esse fenômeno frequente e altamente perigoso: Há uma série de pequenos acidentes chamados "para-efeitos" muito comuns durante os três a quatro primeiros meses de uso das pílulas". São a falta das regras, pequenas perdas sanguíneas entre as menstruações, as regras excessivas em quantidade, a dor de cabeça, as náuseas, os vômitos e outros "para-efeitos". Em consequência, a mulher busca outra marca de "pílula", e mais outra, e outra mais até que encontre aquela marca de outro fabricante que não mais produz os incômodos "para-efeitos". Então, supõe que finalmente encontrou a sua "pílula", isto é, a adequada a seu organismo, e prossegue com esta marca e relata o fato às suas amigas, que seguem os seus conselhos continuando também na busca da marca ideal.

Queremos afirmar com a maior segurança que não houve a menor adequação do organismo feminino à "pílula" que não mais produz "para-efeitos". Tais mulheres apenas tiveram uma prejudicial ADAPTAÇÃO APARENTE aos hormônios sexuais artificiais. Uma vez "adaptada" àquela "pílula", se a mulher voltar às marcas iniciais notará que prossegue "adaptada", advertida a tempo.

ou seja, tais marcas não produzirão também qualquer "para-efeito". É preciso ser dito que a diferença de dose dos hormônios constituintes das "pílulas" mais diversas, à venda no comércio são de miligramas e microgramas.

Todos os fumantes inveterados, capazes de fumar dois a três maços de cigarro ou vários charutos ao dia, confessam que a experiência inicial foi muito desagradável, com náuseas, vômitos, tonteiras, dores de cabeça.

Mas ao fim de certo tempo se ADAPTARAM, não tendo mais aquelas perturbações.

Indivíduos que conseguem ingerir grandes quantidades de cachaça, uísque ou vinho também não negam que as primeiras doses produziram "para-efeitos" diversos, contudo, após algum tempo, acabaram por se "ADAPTAR".

É realmente extraordinária a capacidade de "ADAPTAÇÃO APARENTE" do organismo humano!!! Mas, ninguém poderá afirmar honestamente que o pulmão do fumante inveterado, é ADAPTADO ao fumo, seja idêntico ao do não fumante. Ninguém poderá afirmar, também, que o fígado ou o sistema nervoso do alcoólatra ADAPTADO ao álcool sejam idênticos ao do abstêmio ou da pessoa que bebe esporadicamente. Como admitir honesta e científicamente que o organismo da vítima única do patriarcado industrial e científico — a MULHER — usuária habitual da "pílula", não esteja sendo traiçoeiramente minado no útero, nos ovários, nas mamas, na hipófise, nas artérias, nas coronárias (das mais idosas) e ainda nos filhos que nascem quando a "pílula" fracassa em evitá-los!!!!...

Prezada leitora: JOGUE FORA a sua "pílula". Mas faça isso agora, imediatamente, assim que acabar de ler este artigo de solidariedade a você. E aconselhe sua amiga a fazer o mesmo ou, então, não se queixe amanhã, amargamente, de não ter sido advertida a tempo.

PRECISA-SE:

Maria Salário Mínimo



As taxas de participação do trabalho feminino variam conforme os limites ou crises do próprio desenvolvimento do país. Desta forma, o número de mulheres que trabalham em um país pode variar conforme o impulso dado a um ou outro setor da economia, sendo então redefinidas a maneira de ver e empregar as atividades femininas. Um exemplo disso é a grande absorção de mulheres nas indústrias têxteis e de alimentos no momento de expansão desses setores, quando então essas atividades passam a ser consideradas mais apropriadas para mulheres. Por outro lado, existem consideradas atividades não manuais e que exigem escolaridade ou especialização que aparecem como Trabalho feminino: o magistério, enfermagem, comércio e serviços de escritórios.

Assim, verificando os dados disponíveis sobre ocupação feminina no setor industrial, P. Singer e F. R. Madeira destacam que o emprego feminino cresceu entre 1920 e 1940, 53%. Entre 1940 e 1950, aumentou em 83,5% tendo diminuído entre 1950 e 1960, pois neste período cresceu a indústria metalúrgica e de fabricação de material de transporte, onde de maneira geral não é aceita a força de trabalho feminina. Entre 1960 e 1970 prossegue o lento crescimento do emprego feminino, pois a indústria têxtil e de alimentos crescem menos que outros setores da indústria. Fica claro, então, que a mão de obra feminina, no Brasil, sofre limitações e oscilações segundo o crescimento, ou mesmo, o enfraquecimento de setores econômicos.

A primeira conclusão a que se chega, demonstrada por pesquisas é que não sendo absorvidas pelo setor industrial, a mulher se emprega em serviços. Segundo P. Singer, na cidade, a metade das mulheres que trabalham, são empregadas domésticas. Para ele, a mulher acaba entrando pela porta dos fundos na divisão social do trabalho, movida pela necessidade: "O que o homem ganha, não dá para viver, para a grande maioria da população". Sempre que uma atividade se torna "feminina" a remuneração cai. É o caso das varredoras (sutilmente chamadas de Margaridas): as empresas já não conseguiam empregar homens por salários tão baixos passando a recorrer às mulheres. Isto porque o trabalho feminino é encarado como complementar do trabalho masculino.

Texto e Reportagem de Marina D'Andréa

Maria Salário-Mínimo, na semi-escridão da tradicional passividade e ignorância feminina, é quem melhor sabe onde está o último furo do cinto. Sua estória começa e termina em qualquer fábrica. Na realidade, Maria Salário-Mínimo são muitas. Cada uma falando linguagem diferentes, descrevendo imagens distintas, se refere à mesma coisa: pobreza e trabalho.

Essas Marias estão espalhadas aos milhares por diversas indústrias: alimentícias, têxteis, metalúrgicas, químicas. Há mulheres trabalhando em tornos, furadeiras, prensas e em diversos outros tipos de máquinas. Que porção da força de trabalho representam na sociedade industrial?

Segundo Eva Alterman Blay, "a insuficiência de dados quantitativos decorre da imprecisão que envolve o conceito de trabalho feminino. Estruturam-se obstáculos sociais ao reconhecimento do trabalho, pelo fato de ser exercido por uma mulher". A informação foi dada em tese desenvolvida pela autora, sobre o trabalho qualificado da mulher na indústria paulista.

O Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos — DIEESE, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, só possuem dados gerais do censo de 1970 em relação a trabalhadores em geral, envolvendo os dois sexos. O SENAI, Serviço Nacional da Indústria, sem nenhuma informação disponível, promete para "fins de 1976" amplo estudo estatístico da população produtiva, analisada por faixa etária, sexo e ocupações desenvolvidas.

Os Estados Unidos são o país que dispõem de uma das mais faltas bibliografias relativa ao trabalho feminino entre os paí-

ses industrializados e economicamente desenvolvidos, afirma ainda Eva Blay. Ela é fruto de estudos realizados por agências governamentais, associações, líderes feministas, e contém cunho reivindicatório".

Entre os problemas enfrentados mais costumeiramente pela mulher latino-americana está além das restrições de ordem sexual, a carência de postos de trabalho. A mulher, entretanto, insere-se nas brechas da fechada estrutura econômica integrando-se no mercado de trabalho, seja qual for o setor, acrescenta.

Na prática, assistimos recentemente, em São Paulo, a aceitação pela mulher de uma atividade até então exercida exclusivamente por homens: os trabalhos de jardinagem e limpeza pública. As "margaridas", como são chamadas, partem diariamente a pé, munidas de seus instrumentos de trabalho — enxada e ancinho — para locais relativamente próximos de sua sede, para cumprir suas tarefas.

Sob sol intenso ou chuva trabalham ao relento, sem o conforto de sanitários, sem disponibilidade de água, lanche ou cafezinho. Disse uma "margarida": "queria mesmo é trabalhar na fábrica. Mas, sem leitura não dá". Outras estão satisfeitas: preferem um patrão distante — o encarregado, a "aturá as patroa que abusa da gente e num larga do pé".

As margaridas não sabem que mesmo "sem leitura" poderão ser admitidas em certas indústrias. Luiz Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo garante que a maioria das operárias mal sabe ler. "A exigência mínima é que saibam preencher uma ficha. Nem mesmo a Volkswagen possui contingente significativo de mão-de-obra alfabetizada".

Eugênia, que trabalha numa pequena fábrica de lâmpadas, cujo funcionamento se assemelha aos vigentes em família, depõe: "eu vim práqui do Ciará, pramô de trabaíá nas fábrica. Num sabia nada não. Só sei capiná mato. Mas eu vim pressa fábrica aqui, vi o povo fazê e aprindi o sirviço. Acho que é menús trabáio que nas casa das dona".

METALÚRGICAS

Brasil/Mulher foi a São Bernardo do Campo observar como vive a operária que, anônima, lado a lado com o homem, é responsável pela produção maciça da indústria carro-chefe da economia nacional: a automobilística. Sem dados concretos, o sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo estima em cerca de 10 mil operárias o contingente feminino engajado na metalurgia da região. No entanto — e aí se trata de dados concretos, apenas 1.171 são sindicalizadas, em total de 29 mil sócios da entidade.

Sobre as causas dessa ausência de participação na vida sindical, o presidente do sindicato explica: ao contrário do que ocorre com o homem, a mulher é dócil no trabalho. Não se queixa, não reivindica, não procura o sindicato nem para reclamar, nem para esclarecer-se. Não existe estímulo para a mulher, existe exploração, disse ele.

Ainda segundo o presidente, a mulher obreira é contratada quando há carência de homens ou quando a empresa quer diminuir sua folha de pagamentos. No segundo caso, a mulher não vai ao chefe, não pede aumento, não sabe quais são seus direitos, a maioria, por medo, não procura saber. Quando aceita esse trabalho pesado, industrial, é porque está em má situação e não quer perder seu pão.

Comprovadamente, a mulher ganha menos do que o homem para desempenhar as mesmas tarefas, com algumas exceções. Além de todas as vantagens que oferece para o empregador, proporciona ainda outra concentração melhor no trabalho. O único problema, para o empresário, é a gravidez, que normalmente constitui motivo para demissão, continuou o presidente do sindicato.

"A gestante tem direito, por lei, a 84 dias de licença, durante quatro semanas

antes do parto e oito depois, disse ele. Atualmente, o encargo da licença recai sobre o INPS. Mas o que acontece habitualmente, mesmo assim, é ela ser despedida na volta ao trabalho. As razões podem ser qualificadas de "ignoradas." Mas podem ser deduzidas ela vai dividir-se entre o filho e a empresa que, via de regra, mesmo sendo de grande porte, não possui berçários. (A instituição dos berçários é exigência de lei — N. R.)

A essa altura, com um filho a mais, como fica a situação da desempregada? Os projetos de lei de Nelson Carneiro e Franco Montoro, que vedam a dispensa da empregada grávida e concedem estabilidade provisória à empregada gestante estão em tramitação no Senado. Qual será seu destino?

SINDICATO

Muitos problemas poderiam ser evitados pela mulher trabalhadora, se ela se sindicalizasse, disse Luiz Inácio da Silva. No entanto, esse é um problema que se apresenta também relativamente ao homem, embora em proporção bem menor, acrescentou. O sindicato é hoje — em consequência dos efeitos das leis atuais que regulamentam as atividades sociais políticas e trabalhistas mais desacreditado do que sempre foi.

Retirado o poder de barganha da classe operária, antes exercido através do direito de greve, o sindicato apenas pode patrocinar o mínimo indispensável a seus associados. "Conseguimos dar escolas, assistência médica, jurídica e de lazer para nossos associados. Outras tentativas, entretanto, como denúncias de irregularidades no trabalho, deficiência de segurança e outras, nem sempre são bem sucedidas, desabafou.

Talvez por ser menos esclarecido do que os elementos de outras classes — disse Lula, como é chamado Luiz Inácio — o operário toma como barômetro da eficiência de seu sindicato o aumento que este obtém ou deixa de conseguir." E cita, em seguida, a assembleia de metalúrgicos realizada em 1974 à qual compareceram 11 mil sócios do sindicato, quorum mínimo exigido pela legislação. "Isso nos desacredita", explicou Lula. "Apesar de todos os nossos esforços, não conseguimos nada além do aumento decretado pelo governo. "Sem direito à greve, conclui, o trabalhador perde sua força, não pode barganhar."

O Brasil tornou-se, à custa do achatamento salarial, um país em que a mão-de-obra é das mais baratas do mundo, atraindo assim investimentos estrangeiros para aplicação entre nós. Graças ao sacrifício do trabalhador, foi possível colocar produtos brasileiros no mercado internacional, a preços altamente competitivos". Esse depoimento foi dado por Ary Campista, presidente da CNTI, à Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a política salarial do governo, e registrado pela "Tribuna Sindical" nº 35 de julho de 1975. (1)

O jurista Mozart Victor Russomano, em "O Direito Sindical", explicando as causas de não ser praticada a negociação coletiva nas nações totalitárias, afirma que "o sindicato oprimido, controlado, dirigido ou modelado segundo as programações ou desejos e as ambições do Governo ou do Partido, não tem possibilidade de desenvolver programas eficientes de negociação coletiva. Falta-lhe a alma, que nasce do direito de reivindicação e do poder de barganha, sem os quais as negociações coletivas são infrutíferas".

"A consciência de classe não se forma de um dia para outro, lembrou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, órgão oficial da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Não temos ainda nenhuma geração industrial. Sempre vêm chegando mais pessoas do interior, onde as condições são ainda piores do que aqui, para trabalhar nas fábricas". Como explica o professor Moniz

Bandeira, é o "exército industrial de reserva" do Brasil. Com a alta rotatividade da mão-de-obra, o contingente operário se renova constantemente, sempre substituído por novas levas que imigram do interior para a cidade, diluindo, retardando o processo de conscientização.

Um dos meios de conscientização e informação utilizado pelo sindicato é a "Tribuna Metalúrgica", seu órgão oficial, com tiragem de 40 mil exemplares em edições mensais distribuídas gratuitamente em várias empresas. "Seria muito bom se todos lessem a "Tribuna", diz um funcionário. No entanto, segundo os distribuidores, muitos operários não aceitam o jornal. Outros — até em nível de secretárias — chegam ao ponto de atirá-lo na primeira lata de lixo. Por que?

Existe todo um sistema fiscalizador, repressivo, montado nas fábricas para intimidar as mulheres. Desinformadas, são levadas a acreditar no que dizem os encarregados, chefes de seção ou outras pessoas ligadas ao zelo da produção patronal.

Brasil/Mulher entrevistou algumas operárias quando, para completar a marmita trazida de casa, dirigiram-se a um carrinho de frutas estacionado na esquina mais próxima de seu local de trabalho. É que houve impossibilidade de penetração no recinto das fábricas. Em geral, é expressamente proibida a entrada na área de produção. Mesmo durante visitas oficiais, feitas por estabelecimentos de ensino, os estudantes não têm direito a conversas ou dirigir perguntas às Trabalhadoras. Os motivos alegados são do tipo: "elas estão trabalhando, atrapalharia a produção".

No início da entrevista, houve muitos sorrisos, tudo ótimo. Depois, silêncio, reticências. A conversa ia caindo quando resmungos se avolumaram e uma moça de 18 anos, serena mas firmemente disse: "acho que isso aí é uma porcaria. Não dá pra ninguém vivê assim. É serviço pesado pra todo mundo. Não tem segurança nenhuma, falta "hingena", falta respeito. Qualquer um chega na gente falando palavrão, convidando pra sair (a jovem tem nível ginásial, lê jornais). Que significa o trabalho? Significa tudo, ué! Sem trabalho a gente não é nada".

Continua: "nossos chefes dá muito "gancho" — quero dizer que se a gente faltar sem justificativa, fica três dias sem receber nada. Se reclamar, vai para a rua "sem direito" (acreditam que só têm direito a ganhar os dias trabalhados, quando são despedidas).

É o domínio do medo gerado pelas ameaças, do medo da demissão com ou "sem direito", do medo dos acidentes do trabalho — frequentíssimos — da filiação ao sindicato. Medo até de ir ao banheiro.

Segundo informações de funcionários do sindicato, numa das empresas em que trabalham alguns de seus associados, há um guarda no banheiro, cuja utilidade é a de anotar o número de vezes e o tempo de permanência das funcionárias nesse local. Embora não gere nenhum tipo de punição, a fiscalização cria um ambiente psicológico angustiante.

Muitas mulheres pegam o serviço pesado, operando prensas, furadeiras, máquinas em geral. São obrigadas a atingir um índice de produção que requer grande esforço físico. Na maioria das indústrias, a mulher trabalha nove horas e meia ininterruptamente, de segunda a sexta-feira. Nas chamadas "de grande porte", são permitidos 15 minutos de intervalo pela manhã e à tarde.

Uma fábrica, que produz parafusos, foi denunciada pelo sindicato às autoridades competentes, por obrigar mulheres e

menores ao trabalho durante os sábados — embora paguem horas-extras —, para equilibrar atrasos de produção. Proliferaram ameaças, também: "quem faltar estará sujeito a severas punições". Apesar da denúncia, até agora nada foi feito.

José Roberto Machado e Geraldo Pereira de Lima, funcionários de sindicato desempenham o chamado "trabalho de base" da entidade, promovendo a interligação sindicato-empresa-trabalhador, e atuando como mediadores nos casos de conflito e reivindicações entre operários e empresas.

Eles têm muitos casos a contar, extraídos de sua vivência diária. Segundo Machadinho, "as mulheres entram para as indústrias na qualidade de ajudantes com salários correspondentes". Depois, vão operar máquinas. No entanto, temos muitas sócias registradas como ajudantes, mas que já estão trabalhando há dois anos como prensistas. Com o homem é diferente: ele reclama, exige o registro correspondente à sua função real. O homem é mais rebelde, comprovadamente. Qualquer empresário pode confirmar. Talvez esse fator seja uma das determinantes da aceitação da mulher no processo de produção."

"Temos mais de 387 empresas de grande e médio porte em nossa base. E a maioria apresenta esse tipo de problema, além de muitos outros, como ausência de segurança, proteção e higiene. Em contrapartida, há grandes empresas do tipo da Volks e da Mercedes, que pagam melhores salários e oferecem todo o tipo de assistência: convênio com assessoria médica, ambulatório dentro da empresa, serviço social, cooperativa, dentista. No entanto, são a minoria. Deslumbradas com o que creem ser regalias, mais do que nunca as operárias não se dão conta de seu próprio valor e do imenso lucro que representam para essa grande empresa".

ACIDENTES

— "Tem menina aí que vem de dedo cortado (ao serviço), trabalha assim mesmo, e ainda mandam embora. Uma "de menor" cortou fora dois dedos. Se você entra aí dentro, na seção das prensa e dá uma olhada nas meninas, toda machucada... "A moça pede pelo amor de Deus que o nome da fábrica onde trabalha seja omitido, pois caso contrário será demitida por falar demais.

Machadinho confirma que realmente, durante dois dias uma moça avisou seus chefes de que a máquina com a qual trabalhava estava "sem pressão". Em nome da produção foi iniciada a continuar trabalhando com a máquina defeituosa até acontecer o inevitável — teve os dedos amputados.

— "Falta de Segurança?" Waldir, encarregado do Departamento de Pessoal ficou admirado com a pergunta. "É apenas falta de atenção. Já foi até constatado: uma moça machucou-se e passou três meses no seguro. Nem bem voltou, uma hora depois, tornou a cortar-se. Outra, também por falta de cuidado, espirrou ácido no rosto..."

Machadinho conta que somente após denúncia do sindicato, a empresa elegerá, entre os próprios encarregados de pessoal, os mesmos que obrigarão as moças a trabalharem sem segurança, os representantes da sua CIPA — Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. E acrescenta: "vai ficar só no papel". Em seu parecer, a CIPA deveria ser composta por elementos eleitos em assembleia do sindicato, e gozar de estabilidade na empresa durante seu período de

gestão. "É mais uma de nossas reivindicações", esclareceu.

De acordo com regulamentação do Ministério do Trabalho a entrar em vigor a partir de janeiro de 1976, todas as empresas com mais de 100 funcionários serão obrigadas a constituir uma CIPA, informou Machadinho. Se a determinação for cumprida, o Brasil pode perder um campeonato, depois de ter ganho o troféu em 1974: o mundial de Acidentes de Trabalho.

SEM DIREITOS?

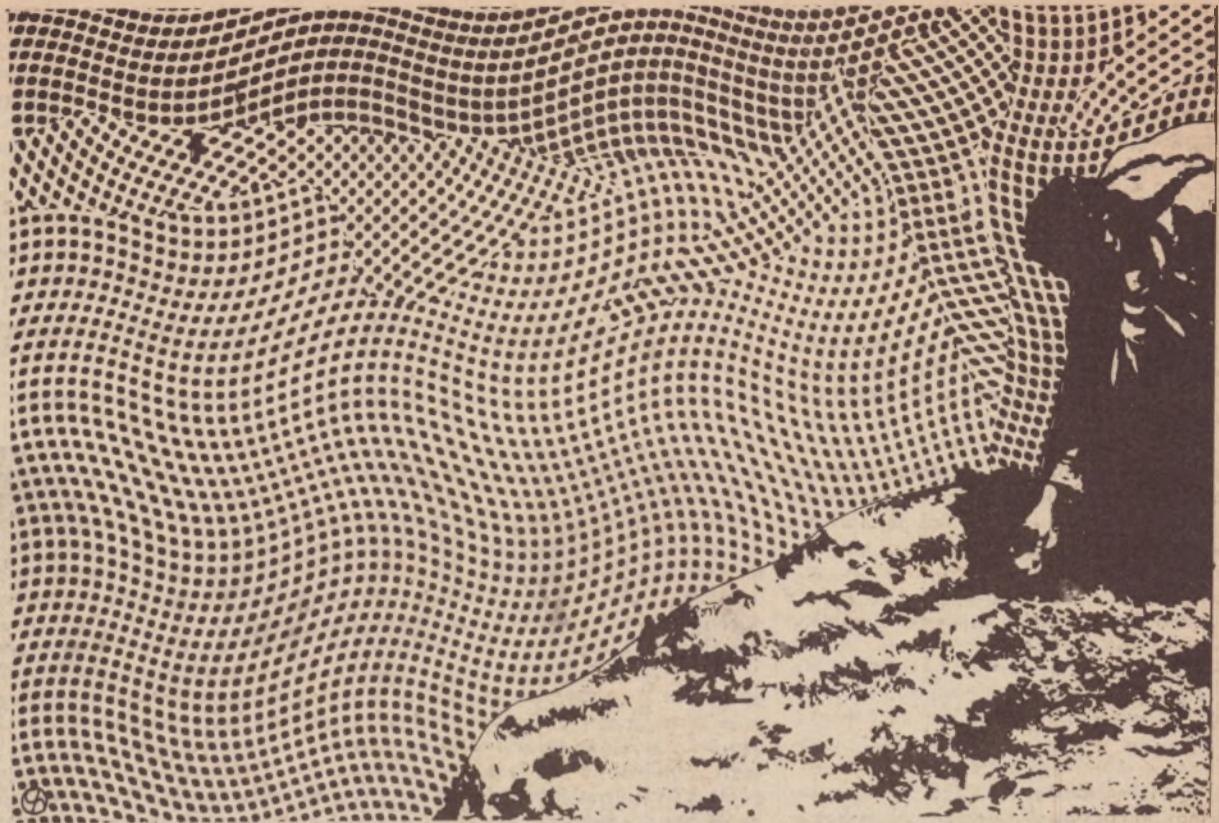
Ser demitida sem direitos é o grande medo das operárias. Embora algumas firmas cheguem a cometer irregularidades graves como a de não depositar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, são raras. Contudo, as moças estão convencidas de que podem ser demitidas "sem direito" e o que mais temem é serem obrigadas a "assinar papel". Machadinho revela ainda que, às vésperas de ser despedida, a funcionária muitas vezes é chamada ao Departamento de Pessoal, onde é "convocada" a assinar um acordo de "aviso prévio" de 60 horas. Ora, o aviso prévio, por determinação legal prevê 240 horas de trabalho — equivalente a um mês. Através do acordo leonino, a firma ganha 180 horas do operário que está perdendo o emprego. "Isso ocorre normalmente", avisa Machadinho.

No caso de uma operária — mais esclarecida — forçar o cumprimento integral das obrigações relativas ao aviso prévio, os empregadores a obrigam a receber na Justiça do Trabalho. Pela lentidão dos sistemas processuais vigentes, a candidata a ver seus direitos serem cumpridos, deve esperar durante meses. Isso, sem contar os frequentes casos de desvio do requerente a advogados pagos, e sem falar nas idas e vindas, no desgaste, e talvez no retardamento em encontrar outro emprego. Para evitar tais aborrecimentos, a trabalhadora acaba simplesmente se demitindo. O sindicato tem inúmeras exemplos. Os pedidos de demissão chegam em massa.

De um lado, a Justiça do Trabalho, a CIPA, o Sindicato, o FGTS, o aviso prévio, as disposições legais para proteção do trabalhador. De outro, o desejo de lucro. Como resolver?

**PROIBIDA
A ENTRADA
DE PESSOAS
ESTRANHAS**

**ROSA
DOS
VENTOS**



Domitila de Chungara

Objetivando analisar situações de nossa realidade latino-americana relacionadas com o problema de libertação do ser humano, homens e mulheres, Brasil Mulher traz o testemunho de uma mulher boliviana, suas lutas e experiências no seu país. É assim que Domitila, com muita raça nos faz um aceno corajoso da luta que deve ser permanente: a da mulher alcançar, na sociedade onde vive, o pleno exercício de seus direitos.

Em Catavi, Bolívia, está localizada a maior mina de estanho do mundo. Trata-se da mina Siglo XX, de propriedade de Patino até 1952, quando foi nacionalizada por Paz Estensoro. Nesta mina trabalham cerca de 15.000 mineiros que, com suas famílias, constituem uma população de aproximadamente 35 mil habitantes. As condições de trabalho destes mineiros são as mais precárias possíveis. A insegurança no trabalho é de tal ordem que quase diariamente, ocorre alguma morte ou ferimento grave. Operários sem braços e sem pernas ficam inutilizados para o trabalho, percebendo uma mísera pensão, ultra insuficiente para manter seus dependentes.

A mina recrutou a mão de obra entre os trabalhadores agrícolas. Nas circunstâncias econômicas anteriores à instalação da Siglo XX, as mulheres desempenhavam funções econômicas extremamente importantes, auxiliando, com seu trabalho agrícola, a manutenção do lar. Uma vez implantada a mina, desapareceram as fontes de trabalho para a mulher. Umas quantas penetraram no regime de produção simples de mercadorias, fazendo quites para vender. O poder aquisitivo da população, entretanto, é muito baixo para permitir a muitas viver do comércio de pastéis. E os mineiros não ganham senão um dólar por dia, donde deriva, para suas famílias, uma vida miserável. A esperança de vida ou pensão que deixam para suas viúvas não é suficiente para que elas mantenham seus filhos. Esta situação é responsável por uma altíssima taxa de mortalidade infantil e de morbidade. Ademais, a insegurança, a instabilidade no emprego, levam estes mineiros a um estado de constante ameaça de perder seu ganha-pão. Até 1961, estes trabalhadores não podiam senão viver o presente, sem garantias para o futuro.

Sob o regime de Paz Estensoro, em 1961,

“O que será da Bolívia quando se esgotarem as riquezas do país?”

as mulheres destes mineiros, a partir da observação dos fatos, foram formando sua consciência e perceberam que só uma organização poderia dar força aos trabalhadores da Siglo XX. Organiza-se, assim, a Associação de Donas de Casa, da qual Domitila é atualmente secretária geral. Sobre esta organização, de mulheres e sobre a participação destas na vida política de Catavi é que Domitila nos fala.

— BM — Domitila, como surgiu a organização das Donas de Casa da Siglo XX?

— D — O primeiro comitê, que deu origem à organização, surgiu de uma necessidade, a 20 de julho de 1961. As primeiras mulheres a se organizarem foram as esposas de mineiros que se encontravam presos por haverem reclamado contra a falta de pagamento de salários, que estavam atrasados 3 meses. Quem reclamava da situação era preso, acusado de comunista. As mulheres dos presos foram a La Paz a fim de obter a libertação de seus maridos, e, diante de seu total insucesso, declararam-se em greve de fome. Ao cabo de certo tempo, estas mulheres alcançaram suas reivindicações, ou seja, libertaram seus maridos, conseguiram abastecer o armazém que fornecia os víveres em Siglo XX e os medicamentos que, corriqueiramente, uma comunidade necessita. A atitude dos homens frente a este primeiro comitê, formado de 50 mulheres, foi de total incredulidade. Machista, o homem boliviano não acreditava na atividade das mulheres: muitos deles tentaram dissolver a frente constituída pelas mulheres, assim como frustrar seus objetivos, através muitas vezes, da manipulação de algumas integrantes do grupo.

— BM — Este primeiro comitê de mulheres de que maneira se ampliou-se?

— D — Ampliou-se muito porque as outras mulheres perceberam que só a organização poderia dar força aos trabalhadores e estabilidade às famílias. Estas mulheres fizeram mais três greves de fome para protestar contra os massacres de 1962 e 1963. Com efeito, nestas oportunidades, o exército matou e feriu muitos trabalhadores porque se organizavam e protestavam contra os baixos salários. Durante os massacres, as mulheres organizadas recolhiam os feridos dos campos e os tratavam. O pessoal médico não se atrevia a atravessar o campo de combate, onde zuniam os tiros e as bazuca. E eu, grávida de seis meses, assim como outras companheiras, algumas no mesmo estado, realizamos o trabalho.

— BM — Como, Domitila, tomou consciência de que deveria lutar a este ponto?

— D — Minha consciência da exploração de que éramos alvo começou através da observação dos fatos. Percebi que sozinha nada poderia conseguir. Às vezes, por exemplo, eu reclamava dos elevados preços dos artigos vendidos

no armazém ou das mercadorias que não haviam sido bem pesadas. Em virtude destas reclamações, me serviam cada vez pior. Percebi que agindo individualmente nada conseguiria e que só a organização coletiva poderia melhorar nossa situação.

— BM — Que medidas tomou Barrientos em relação a esta organização de mulheres quando assumiu o poder?

— D — Exilou-lhes os maridos, alegando que não eram suficientemente machos para conter suas mulheres e deixou-as sem meios de subsistência. Em 24 horas elas deveriam desocupar suas habitações. Aos homens, exilados na Argentina, disse Barrientos que a responsabilidade por seu exílio cabia a suas mulheres. Jogou os homens contra as mulheres, apelando para seu já aguçado machismo. O governo colocou os próprios filhos dessas mulheres contra elas, dizendo-lhes que seus pais estavam morrendo na Argentina por culpa de suas mães. Estas minhas companheiras sofreram muito. A única que restou fui eu, com forças para seguir adiante. Foi assim que passei à secretaria geral da organização, pois as poucas que restavam não se atreviam a fazer nada. Aí começou meu papel mais importante e doloroso. Até este momento, os homens não aceitavam a participação da mulher. Ridicularizavam as atividades femininas. Embora a mulher boliviana tenha o direito de voto desde 1952, não se encontra, ainda hoje, preparada para escolher seus governantes. É marginalizada do processo educacional, não lhe dão bolsas de estudos, como se faz com os homens. Não quero dizer que a educação resolva todos os problemas, mas poderá permitir uma maior abertura para as mulheres. Entretanto, se não houver mudanças radicais, a instrução escolarizada de nada valerá. A consciência do que deve ser feito brota mais facilmente do processo de socialização no seio da família e em outros grupos que na escola. Por exemplo, quando eu era menina, meu pai me ensinava que não era justo pagar indenização aos ex-proprietários das empresas nacionalizadas, pois estas já nos haviam explorado durante muitos anos. Embora pertencesse ao partido de Paz Estensoro, era contra o pagamento de indenizações em virtude de nacionalizações.

— BM — O governo, Banzer é melhor ou pior que o de Barrientos?

— D — Bem, Barrientos foi terrível com os mineiros. Meu marido foi posto fora da mina e ficou 3 anos sem trabalho, na lista negra. Banzer é duro com os camponeses e com os universitários...

— BM — Qual é a solução para o caso boliviano?

— D — Nós nos perguntamos, os bolivianos, o que será da Bolívia quando se esgotarem as riquezas naturais, em que o país é muito rico, em consequência da exploração a que nos submetem. Então não haverá fontes de trabalho. Nós pensamos que somente um governo capaz de romper com a dependência será capaz de melhorar o nível de vida da população.

— BM — Acredita que há líderes na Bolívia capazes de fazer uma transformação na posição do povo boliviano? Que dê a ele justiça, saúde...?

— D — Os líderes surgirão no processo de transformação política e social.

— BM — Domitila, as relações entre homens e mulheres sofreram mudanças a partir do momento em que as mulheres começaram a participar da defesa dos interesses dos trabalhadores?

— D — Bem, temos que distinguir dois planos. Um é o da aceitação da participação feminina na defesa dos interesses dos trabalhadores. Creio que a este respeito não há mais dúvida sobre esta aceitação. Mas, ela foi um processo longo e doloroso. Lembro-me de uma reunião em que todos estavam apavorados por causa dos massacres realizados pelo exército e ninguém queria falar. Meu marido me proibia que falasse. Mas fui solicitada a denunciar as barbaridades que se cometiam. Esqueci-me que meu esposo lá estava e falei denunciando tudo que conhecia. Quando terminei, verifiquei que meu marido já não estava a meu lado. Saíra. Não foi fácil convencê-lo de que havia necessidade de falar. Por outro lado, saí fortalecida da organização de mulheres e isto me deu forças para continuar a dialogar com meu esposo. O problema político e econômico que se colocava, então, era muito sério. Barrientos, alegando que a mina estava descapitalizada, solicitou aos trabalhadores que aceitassem uma redução de salários. De 17 pesos que ganhavam (1 dólar, aproximadamente, 20 pesos), passaram a perceber somente 9 por dia. Passara-se mais de um ano e a promessa de elevarem-se os soldos de modo a compensar a baixa conjuntural dos salários não havia sido cumprida. Era necessário lutar. Homens e mulheres lutaram juntos e foram massacrados pelo governo de Barrientos. Mataram homens, mulheres e crianças. Eu própria recolhi cadáveres com o ventre aberto, alguns de mulheres grávidas, cujos ventres rasgados expunham membros de fetos. Até esta data, eu ainda tinha medo de falar. Recorria a homens que me escrevessem em pequenos pedaços de papel

aquilo que deveria dizer. A partir deste momento consegui minha independência, porque fora solicitada a falar de improviso, numa situação em que nem mesmo os homens se animaram a se pronunciar. Passei pois, a liderar o grupo de mulheres e a tomar iniciativas, mesmo em reuniões conjuntas de homens e mulheres. Meu marido foi, aos poucos, aceitando meus novos papéis.

BM — Vamos ao outro plano das relações entre homens e mulheres. Quem maneja o orçamento doméstico em sua casa, Domitila? Seu marido ou você?

D — Meu marido me entrega tudo que ganha. Fazemos uma reunião de família da qual participam todos os filhos, anotamos o que devemos, aquilo de que cada um necessita, calculamos o que podemos gastar, estabelecemos o plano de gastos daquele mês. Todos, até o último de meus filhos, conhecem a situação financeira da família.

BM — Seus filhos serão mineiros, Domitila?

— D — Não é por desprezo à minha classe, mas não gostaria que eles fossem mineiros, pois trata-se de uma vida sem perspectiva. Entretanto, parece que a mina se impõe como uma fatalidade. Quando filhos de mineiros conseguem entrar na Universidade são discriminados de todas as formas possíveis. Os professores lhes dão péssimas notas, os colegas os desprezam. Se não conseguem fazê-los desistir desta maneira, sempre há filhos de milionários que os procuram perverter, levando-os a diversões e afastando-os dos estudos. Disto derivam muitos casos de filhos que renegam sua classe, que recusam a aceitar seus pais, que se afastam de suas famílias para seguir uma vida de marginais.

BM — Já que as decisões em seu lar são tomadas conjuntamente, seu marido não tem mais poder que você?

D — Bem, em nossas reuniões de família para resolver nossos problemas, cada um opina. A opinião que nos parece mais acertada é acatada por todos. Às vezes, sou eu quem acerta, às vezes ele. Ninguém impõe nada a ninguém.

BM — Estas relações sempre foram assim ou se alteraram?

D — Não, não era assim. Meu marido era um verdadeiro ditador. Impunha todas as suas vontades. Nos primeiros oito anos de casamento, me batia com frequência e muito duramente. Hoje já não se atreve a bater-me e se tornou capaz de discutir os problemas democraticamente. Uma vez, tentou voltar a seus antigos métodos e quis bater-me. Então,

"Nos primeiros oito anos de casamento, me batia com frequência e muito duramente. Hoje, já não se atreve a bater-me e se tornou capaz de discutir os problemas democraticamente".



eu lhe disse que não havia sentido naquela comportamento, que eu estava lutando por sua causa e que deveria haver respeito entre nós. Que ele me dissesse quando eu estivesse errada, que discutissemos os erros de ambos. Ele compreendeu e nossas relações mudaram inteiramente.

BM — É frequente que os maridos batam nas esposas na Bolívia?

D — Sim, é a norma.

BM — Isso ocorre em todas as classes sociais?

D — Sim, em todas. Eu própria já observei casais da alta sociedade brigando na rua. Claro que era a mulher quem apanhava.

BM — Qual deve ser a estratégia para a liberação da mulher?

D — Deve ser como a que utilizamos na Bolívia. Não pode haver liberação da mulher sem que haja liberação do homem. O problema da liberação da mulher deve ser atacado simultaneamente como o da liberação de todo um povo. É, pois, dentro da luta de libe-

tação nacional que se coloca o problema da liberação da mulher.

BM — Você considera que sua liberação tenha sido total como mulher?

D — Não, não chegamos até até aí. Meu marido não é capaz de servir-se uma xícara de chá. Eu me levanto às 3 ou 4 horas da manhã para poder dar conta de realizar todo as tarefas domésticas e fazer os quitutes que vendo nas ruas. Apenas meus filhos me ajudam a preparar os quitutes e a vendê-los; meu marido não. Mas, as coisas estão mudando em outras famílias. Tenho várias vizinhas que são muito auxiliados por seus maridos, que lavam, que passam a roupa, cozinham, ajudam a limpar a casa. Meu pai o fazia também. Através da politização o homem chega a compreender a necessidade de compartilhar com a mulher mesmo nos afazeres domésticos. Meu marido, porém não atingiu este estágio.

BM — Domitila, com sua "liberação", suas relações com seu marido no plano sexual, se alteraram?

D — Sim. Antes eu aceitava todas as suas imposições. Ao longo do tempo, fui me dando conta de que também era um ser humano e que portanto, também tinha minha pró-

pria vontade. Antes, ele me batia se eu me negasse a ter uma relação sexual. Hoje, discutimos o problema.

BM — Você chega a tomar a iniciativa de um ato sexual?

D — Não, porque não gosto do ato sexual. Submeto-me a ele como uma necessidade de estar casada, mas não me agrada.

BM — Por que não lhe agrada o ato sexual, Domitila?

D — Creio que pelo fato de haver sido violada por meu marido antes de casar-me. Nem sequer eu sabia quem estava me violando, pois foi no escuro. Porém, ele contou à sua mãe e ela falou com minha família no sentido de se fazer o casamento. Mas, inicialmente, nosso casamento não passou de uma união consentida. Só 3 anos depois, quando eu estava para dar à luz a meu primeiro filho, foi que meu marido tomou a iniciativa de legalizar nossa união.

BM — Quantos filhos você tem?

D — Tive 9. Dois faleceram, tenho sete.

BM — Você controla a natalidade?

D — Até há pouco não o fazia. Meu marido nada me havia proposto neste sentido e eu não me animava a falar-lhe sobre o assunto. Um dia, minha filha de 13 anos teve uma conversa comigo e meu marido. Disse-nos que na escola havia aprendido que uma consulta ao médico era necessária para que se tomassem medidas no sentido de não ter mais filhos. Minha filha não concebia como, havendo meios para limitar a natalidade, nós continuássemos a ter filhos, já que a renda da família não chega para alimentar, vestir, educar a tantos filhos. Para ela, era chegado o momento de se tomar uma medida, também porque, uma vez que a média de vida de um mineiro é de 34 anos, seria muito difícil a uma viúva manter uma família muito grande. Diante disto, meu marido, que a princípio reagira mal à conversa com minha filha, convidou-me para ir ao médico. Ele recebeu-me uma injeção que suspende a menstruação por 3 meses. Durante alguns meses, tomei esta injeção. Mas, sentia-me mal. Engordei muito e comecei a sentir-me mal do coração. Voltei ao médico e ele recebeu-me outra anticonceptiva. Parece que com este estou me dando melhor.

BM — Você chegou a trabalhar fora de casa alguma vez?

D — Sim, trabalhava no armazém antes de me casar. Mas, na Bolívia, quando uma mulher se casa, deixa de trabalhar. Assim, foi que comecei a fazer quitutes para vender nas ruas a fim de ajudar meu marido.

BM — Seu marido é carinhoso com você?

D — Não. Jamais me faz um carinho. Antes, é brutal nas relações sexuais.

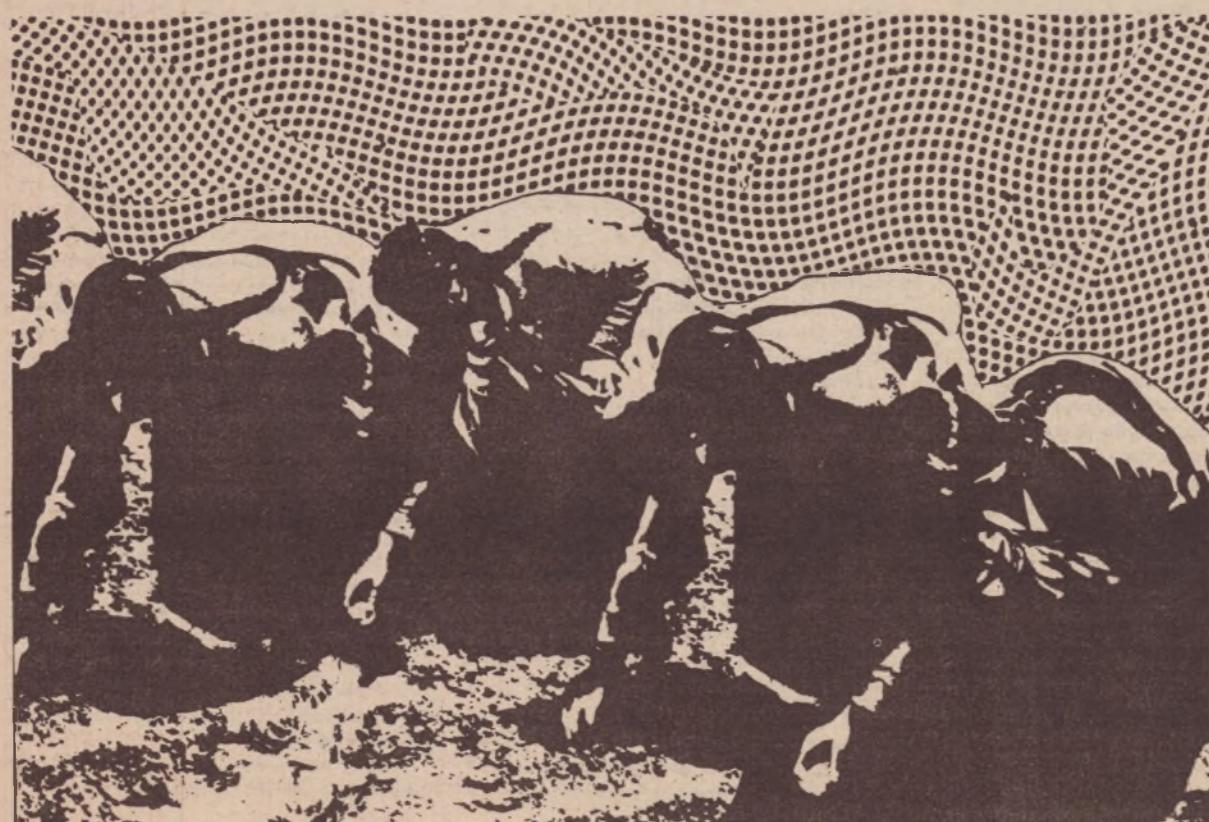
BM — Domitila, já que você é uma mulher bastante liberada, que não gosta das relações sexuais, pelo menos com seu marido, por que não se divorcia, uma vez que o divórcio existe na Bolívia?

D — Bem, o divórcio não é bem aceito. Uma mulher divorciada não é bem vista.

BM — Que importa isto para uma mulher liberada?

D — Bem, poderia não importar muito para minha pessoa, mas que seria da causa dos trabalhadores pela qual eu tanto tenho lutado? Meu divórcio viria prejudicar a causa dos mineiros. Prefiro, pois, continuar casada limitando o processo de minha liberação, que por a perder todo um processo que, creio, libera o ser humano, seja homem, seja mulher.

"Mataram homens, mulheres e crianças... até esta data eu ainda tinha medo de falar".



O Brasileiro, Sobretudo um forte

"O salário mínimo no Brasil é fictício, pois ao fixar seu valor, o governo leva em conta índices do custo de vida que não correspondem à realidade e isso se constitui numa grande mentira pregada aos trabalhadores do país."

Para os órgãos governamentais, 245 cruzeiros seriam suficientes para a alimentação e 112,00 para a habitação de uma família média de 4 pessoas. Na opinião do deputado gaúcho Alceu Collares, esse valor "não dá para ninguém se alimentar ou morar decentemente, e além disso, os gastos com transportes, vestuários e higiene de cada família são bem maiores do que os índices que estabelecem o salário. Estatisticamente comprovado, o salário mínimo no país deveria estar hoje entre 1.400,00 a 1.800,00 mensais.

É nessa situação que nossa população sobrevive, quase sempre em débito com as proteínas, o vestuário, o armazém, a educação, o aluguel e os Bancos.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, DIEESE, o custo de vida teve um aumento de 2,63 no mês de janeiro de 75. Para as famílias de renda até Cr\$ 500,00 o crescimento foi de 2,50% e, consequentemente, 2,60% de Cr\$ 501,00 até Cr\$ 1.000,00 e 2,72% para a renda superior a Cr\$ 1.000,00.

Na relação dos produtos que obtiveram uma elevação de preços o DIEESE ressalta os ítems: Fumo, com 17,76% e Saúde, com 10,34%; Habitação, com 2,65% e Alimentação, com destaque especial para a alta maior que foi a das refeições avulsas, 8,15%; Horticícias, 8,15%; peixes, 6,26% leite e derivados, 3,98%. E as únicas quedas, de acordo com o DIEESE, foram: as frutas em geral, com 5,35% de baixa registrada.

Numa casa de material, situada no perímetro central de Londrina, mora Holanda Picole, professora primária, cerca de 38 anos.

Na sala, um piano de cauda, uma relquia. E um sofá de curvim, destoante. A casa é própria, como os bens de consumo dentro dela, tais como geladeira, fogão e televisão.

Holanda é casada com um corretor de imóveis, cuja renda, variável, provém de pequenas comissões semanais ou mensais. E, por isso mesmo, a renda da família — moram na casa 4 pessoas — provém quase, unicamente, de seu trabalho como professora e, à noite, como bibliotecária de um colégio. A renda certa é de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 1.300,00 mensais. Os gastos com a alimentação, entretanto, superam a quantia de Cr\$ 2.000,00 mensais. Como? Holanda explica: "É simples meu caro: nós vivemos em constante débito com os bancos da cidade. Você sabe como é. A gente faz um papagaio num determinado banco de uma quantia X. Depois repõe, com mais um papagaio feito em outro banco e assim a gente vai levando, não sei como, mas a gente vai levando. Nós não temos nenhum capital empurrado em nada, só temos a casa e as coisas dentro dela".

O sistema doméstico montado por Holanda é bastante simples, sem nenhuma elaboração especial. É composto por um só fator: a restrição.

"Há muito tempo, eu não compro uma roupa ou um sapato. O que temos só dá mesmo para ficar em casa quietinhos."

Além de outros bens, a família tem um carro velho, mas essencial para a profissão do marido. "Apesar de toda essa situação deficitária — diz Holanda — a gente procura não comer mal. Em caso de doença, procuramos o pronto socorro. Isso aconteceu quando meu filho menor quebrou o braço e ele tá aí, com ele engessado de qualquer maneira".

As compras na casa de Holanda são feitas mensalmente e as quantidades de gêneros de primeira necessidade adquiridos, são as seguintes segundo seu depoimento ao Brasil Mulher: Arroz — 20 kg, Feijão — de 5 a 6 kg, Carne — de 6 a 7 kg, Batata — 2 kg, Leite — 1 a 2 por dia, Farinha de trigo — 1 kg, Tomate 4 kg, Pão — 4 por



dia, Café — 1 kg, Banana — 2 dúzias, Óleo — 4 latas, Manteiga (no caso margarina) — 1/2 kg, Ovos — 1 dúzia, Açúcar — 15 kg.

"Na verdade — acrescenta Holanda — só não imprimo uma restrição maior na parte de alimentação porque, do contrário, gastaria a diferença num médico: por alimentação deficitária. Além disso, acho que o custo de vida sobe em 15% cada 15 dias e o salário não. Nem de ano para ano."

ce (1969 — 74), "período em que surgiu o debate em torno de um problema paralelo — distribuição da renda. Mas a discussão não foi muito longe — acrescenta. Embora o recenseamento de 1970 tenha constatado que cerca de 60% da população brasileira ganhava salário mínimo ou menos, prevaleceu a teoria segundo a qual, graças ao crescimento acelerado, se reduzia o contingente dos assalariados mínimos — enquanto se admitisse genericamente que a concentração de renda é um mal inevitável dos países em rápida expansão."

Barbaridade
isto é mal
que dá revolta
isso é mal
barbaridade

Segundo o DIEESE, hoje um assalariado precisa trabalhar 48 horas a mais do que trabalhava em 1971 para comprar uma mesma quantidade de alimentos: uma reação essencial mínima.

"O aumento acumulado atingiu nos últimos 12 meses (ou seja desde a metade do ano passado — 74), o índice de 35,89%. As elevações, por extrato de renda, apresentaram as seguintes taxas: renda até Cr\$ 500,00, 38,25% de Cr\$ 501,00 a Cr\$ 1.000,00, 35,94%; acima de Cr\$ 1.000,00, 34,97%.

E comentava:

"Enquanto o valor nominal do salário mínimo subiu de Cr\$ 312,00 em janeiro deste ano, seu valor real, tomando por base o índice de 100 em dezembro de 1970, caiu de 84 em janeiro de 74, para 80 em janeiro de 75".

Segundo o diretor técnico do DIEESE, economista Walter Barelli, que em agosto desse ano concedia entrevista à revista "Veja", pelos seus cálculos, o salário mínimo, se revisto todo o ano e corrigido, deveria estar hoje entre Cr\$ 1.400,00 a Cr\$ 1.800,00 mensais.

De acordo com os apontamentos de "Veja", a questão salarial foi discutida somente de passagem pelo governo Médi-

Cada vez
sobra mais mês
no fim do dinheiro

O caso de Maria Aparecida Pires não é diferente de muitos outros constatados junto às camadas da classe média, com extrato de nível superior.

Casada com um motorista de caminhão, Maria Aparecida contribui com uma quantia muito pequena em casa — é costureira. Mas a renda global da família é de Cr\$ 2.000,00 mensais — ao todo são em 4 pessoas: ela, o marido, dois filhos pequenos. Segundo ela, o gasto com alimentação e produtos de higiene superam a quantia de Cr\$ 1.200,00 por mês.

Maria Aparecida mora num barraco de dois cômodos onde paga Cr\$ 120,00 mensais.

"Não gastamos dinheiro nenhum com bateria — diz — mas também não deixamos de comer mais ou menos, certo? (...). Sabe porque eu acho que custo de vista subiu? Eu te digo: antigamente, eu gastava uma base de Cr\$ 400,00 com comida — isso no ano passado. Atualmente, eu gasto tudo isso que te disse — acima de Cr\$ 1.000,00. Faz tempo que eu não compro roupa para mim e os meninos. Ainda bem que sou costureira... Os meninos não estão no colégio... no final das contas não sobra nenhum dinheiro. A gente sempre fica devendo... Faz tempo que eu quero mudar desse barraco: o banheiro fica lá fora e todo mundo usa, além disso tenho que aguentar esses saqueiros lá fora — a casa de Maria Aparecida fica ao lado de uma garagem de descarrilamento de cereais.

"Escuta moço, essa reportagem vai resolver a vida do povo?"

Eis o quadro de Maria Aparecida

Na casa de Maria Aparecida compra-se mensalmente o seguinte:

Arroz — 25 kg/ Feijão — 10 kg/ Batata — 2 kg/ Carne — 30 kg/ Leite — 2 litros/ Farinha de Trigo — 2 kg/ Pão — 4 pequenos por dia/ Açúcar — 20 kg/ Óleo — 5 latas/ Margarina — 2 latas/ Café — 3 kg
Obs: Todos as compras da casa não são feitas em pequenos vendedores perto de casa através da "caderneta" — compra a crédito. Segundo Maria Aparecida, esse método tem criado muitas dívidas para a família.

Um outro exemplo é o de Antonio Carvalho, um comerciante realizado. Sua renda familiar é de Cr\$ 14.000,00, provenientes do seu ramo de negócios, que é essencialmente ligado à alimentação, buffet, entrega de pratos prontos a domicílio. E de aluguel de casas que comprou, como ele mesmo diz "nos anos de mil novecentos e antigamente". Em sua casa, além de residirem 3 pessoas — Antonio, sua mulher e uma empregada — está montada uma verdadeira cozinha modelo, "muito justamente, aliás".

Segundo Antonio, seu capital empata gira em torno de Cr\$ 700.000,00. Mesmo assim em sua casa nada de supérfluo em termos de alimentação é gasto, "somente no Buffet, aí no negócio a gente gasta um colosso". Com duas caminhonetes estacionadas em sua garagem, a mulher de Antonio anda a pé. "Olha, eu vou dizer uma coisa, mas quero que você não espalhe: o imposto de renda está querendo ver o ôco da gente. O meu vizinho da frente — ele também é comerciante — faliu porque não aguentou esse tranco. Com a vida da maneira que está e mais o imposto de renda, já viu, né... se fôssemos fazer tudo direitinho como manda a lei, já viu..."

Como homem forte de casa, pelo menos da cozinha, Antonio, de cabeça, faz o perfil de seus gastos mensais: Arroz — 10 kg/ Feijão — 5 kg/ Batata — 10 kg/ Carne — 1/2 kg por dia (15 kg por mes)/ Leite — 3 litros por dia/ Farinha — 5 kg/ Tomate — 8 kg/ Pão — 6 dos pequenos por dia/ Café — 10 kg/ Banana — uma dúzia por semana/ Ovos — 5 dúzias/ Açúcar — 10 kg/ Óleo — 6 litros/ margarina — 2 kg/ Sabão em barra — 10 pedaços.

Além dos produtos consumidos pela família, Antonio diz que nada além disso é gasto. Acrescenta, porém, que há muitos meses a

família não faz gastos em termos de roupas ou sapatos. Mas, explica que isso se deve ao fato de não ser dada muita importância a este aspecto. Mas, deixa entender, por outro lado, que existe uma contenção muito rígida em termos de gastos dessa natureza. Essa contenção, com efeito, é feita automaticamente.

Se ficar o bicho pega se correr o bicho come

Tereza Batista é casada e tem 7 filhos. Mora no bairro da Bela Vista em Curitiba. É mulher de um operário da construção — o Rosa — "um negócio muito do simpático". Ela ganha Cr\$ 200,00 por mês, ele ganha um salário mínimo. Segundo ela "a média de gasto com comida lá em casa não dá pra dizer. Os meninos saem por aí trabalhando em bicos e no final do dia, eu junto o dinheirinho e as coisas e mando minha menina comprar uma porção no armazém. Trago um pouco da casa da patroa, o Rosa trás adiantado, os meninos mais um pouco... e a gente vai tocando".

Ela mora num barraco de madeira bem velho e a roupa dos meninos ela lava na máquina da patroa. Para passar a roupa deles, ela usa um ferro a carvão, já quena casa dela não tem luz elétrica.

Pagam Cr\$ 200,00 barraco. Luz não há e a água é de poço. Gastam cerca de Cr\$ 250,00 em produtos básicos — arroz, feijão, pão e mistura, de vez em quando.

A situação de Benedita Leite, doméstica, não é diferente no contexto geral. Mora com 5 pessoas. São gastos em alimentação Cr\$ 300,00 por mês, aproximadamente dos Cr\$ 300,00 que recebe. Como toda mulher de renda baixa, quase nada gasta com roupas e calçados "mas se não fosse o resto que eu trago da casa da minha patroa, não sei o que seria. Meu pai e meus irmãos trabalham, só minha mãe que não". A renda familiar é em torno de Cr\$ 2.000,00 mensais.

O gasto nunca sai da relação prioritária dos alimentos de primeira necessidade como arroz, feijão, farinha, sal e restos da casa de patroa "Pelo menos, almoço lá e isso já ajuda".

"A gente — diz — vai tocando a vida, vamos ver se Deus resolve dar uma mãozinha,

né." Enquanto o bolo se concentra nas mãos de uns poucos, que se nutrem de calorias e do superfluo, o DIEESE, em um estudo sobre o Nível de Alimentação da População Trabalhadora da cidade de São Paulo realizado em 1973, fixava as seguintes conclusões:

— A alimentação da população trabalhadora da cidade de São Paulo apresenta-se insuficiente e inadequada pois não atende às necessidades de cálcio, vitamina A, tiamina, riboflavina e ácido ascórbico ou vitamina C.

— As péssimas adequações de cálcio e vitamina A dizem respeito ao restrito consumo de leite, queijo, ovos e hortaliças.

— O nível alimentar da população trabalhadora amostrada está diretamente relacionado com a renda familiar auferida.

— A população de renda inferior (até Cr\$ 500,00), apresenta um precário nível alimentar refletido no consumo insuficiente de calorias, proteínas...

— A população de renda média (Cr\$ 501,00 a Cr\$ 1.000,00), embora apresente um melhor nível alimentar em relação à população de renda inferior, não consegue atender adequadamente as necessidades de cálcio, vitamina A...

— O consumo médio diário per capita de feijão foi um dos principais responsáveis pelo fornecimento de ferro e proteína para a população de renda inferior, enquanto que para a população de renda superior o atendimento desses nutrientes se deveu ao consumo da carne.

Argumentando que "nossas famílias precisam de alimentação condizente, assistência médica adequada, nós precisamos educar nossos filhos", O Metalúrgica — informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, demonstra bem com seu personagem Zé Protesto a situação do trabalhador no Brasil hoje, enquanto lutam por uma antecipação salarial.

Zé Protesto é quem conta a historinha:

"Vou contar um caso de um companheiro, o Zé da Silva. Ele e sua família gostam muito de cafezinho e tomam cada um, 3 por dia. Cada cafezinho custa Cr\$ 1,00 e como a família é composta de 6 membros gastam Cr\$ 18,00 por dia. O mês tem 30 dias, portanto, multiplicando os Cr\$ 18,00 por 30, dá um total de Cr\$

540,00. Ora, meus camaradinhos, o salário míni-mo (de acordo com a Constituição, é o mínimo necessário para um companheiro e sua família satisfazerem suas necessidades, ou melhor, sobreviverem) é de Cr\$ 532,80.

Tenho dito".

Por essas e mais outras é que os trabalhadores afirmam com convicção: "nós não queremos pagar, sozinhos, o alto preço do desenvolvimento".



O Brasil é uma terra cheia de riquezas mas o povo brasileiro leva a vida ém dureza

Brasil Correio

Com o título "Um (falso) jornal feminino", o jornal "Opinião", em matéria assinada com as iniciais EM, na sua edição do dia 24 de outubro, lança uma crítica ao Brasil Mulher. Diz: "É decepcionante, pois, que esse jornal — bem impresso e barato (Cr\$ 2,00) — Coloque a mulher como mais uma engrenagem do sistema sócio-econômico-político, em vez de procurar valorizá-la mais do que outros órgãos de imprensa".

Para E.M., Brasil Mulher "não é um jornal da mulher, conforme afirmou a primeira frase de seu editorial de apresentação, e conforme poderíamos supor pelo título. De suas 16 páginas, apenas cinco realmente tratam diretamente da mulher. Todas as outras reportagens falam de assuntos gerais: da Campanha da Anistia aos irmãos Villas-Boas..."

E.M. não faz uma crítica ao Brasil Mulher, mas sim propõe a sua extinção, pois pretende que ele negue todas as suas propostas, em prol de uma defesa "feminista" e inconsequente, superior ao homem. Para nós, que a proposta é de igualdade e democracia, nada pode ser melhor resposta à opinião de E. M., do que as cartas recebidas e que publicamos abaixo. Que os leitores falem por nós.

Li e reli o magnífico "Brasil Mulher" de 9/10/75...

Sem minimizar qualquer dos excelentes artigos, aquele referente à ANISTIA pareceu-me o melhor.

Mário Victor Assis Pacheco — RJ

No "Opinião" desta semana, nº 155, na página 26, há um pequeno artigo de uma coluna: "Um (falso) jornal feminino". É uma crítica ao BM. Fiquei um pouco indignado porque, de inicio, não se faz um tipo de crítica tão negativa em cima de um jornal que se lança agora. O primeiro dever de quem lê um jornal como o que vocês tiveram a iniciativa de fazer, é destacar todos os seus aspectos positivos, que predominam totalmente, para depois destacar onde cabe uma melhora, uma crítica efetivamente construtiva.

...Os problemas da mulher são os problemas da sociedade atual, da opressão, particularmente da opressão que atinge a mulher. Como vocês dizem, não se trata de partir da diferença biológica, digamos, mas da discriminação, da maior exploração, da menor participação; suponho eu que vocês entendam o BM não como um jornal feminista, exatamente, mas como um jornal que aborda os problemas da mulher e que se coloca como mais uma voz em defesa dos seus direitos, não só em defesa dos seus direitos em relação ao homem, mas em relação à própria sociedade, ao direito de desfrutar de seu trabalho".

A. Moreira — São Paulo

Fiquei revoltado com a notícia que saiu no "Opinião" a respeito do jornal Brasil Mulher. É impressionante o obscurantismo e a posição enquadradada da infeliz "EM". Esse tipo de iniciativa é, em 1º lugar, pioniera; em 2º lugar, enfoca questões essenciais do momento; e em 3º lugar, dá enfoque amplo às questões que dizem respeito à mulher, entrando nos problemas cruciais da sociedade.

Geralda Cardoso — São Paulo

"Boas vindas e bons passos a mais um jornal que se incorpora à imprensa democrática — foram as palavras do jornal "Poeira", do DCE da Universidade Estadual de Londrina, ao Brasil Mulher.

O Brasil Mulher agradece ao "Poeira" e às manifestações de apreço dos jornais: "O Estado de São Paulo", "Jornal do Bairro" da Zona Centro-Oeste, Perdizes-Lapa, "Manifesto" de São João da Boa Vista, "Panorama" de Londrina, "Pasquim", "Ex", "Movimento", "Folha de Londrina" e "Viver Londrina".

Frente à solidariedade recebida por nós e às palavras de incentivo, o nosso maior agradecimento só pode se refletir em uma proposta de continuar somando forças em defesa das liberdades democráticas.

Em linhas gerais o jornal agrada. Creio que terão grandes probabilidades de seguir adiante com um bom nível.

Heleith Safiotti — Araraquara

Foi realmente com a maior sensação que recebi o número zero do "Brasil Mulher".

De repente, vejo que vocês venceram as barreiras do impossível lançaram um jornal sério, sobre os problemas indissolúveis: Brasil/Mulher.

Maria Helena Darcy de Oliveira — Paris

O problema não é o de escrever muitas ou poucas páginas especificamente sobre a mulher. O importante é o quê e como escrever. E mais, se pronunciar sobre os fatos que interfezem na vida de todo o povo. Debate-los, estudá-los e participar deles. Homens, mulheres, jovens, velhos, todos temos um papel a cumprir; com iniciativas como esta, vocês vão anunciarão. Vamos em frente. O parabéns é de todos. Carlos B. Siqueira — São Paulo.

Tive grata surpresa de receber Brasil Mulher, jornal inesperado e bom, importante, bem feito".

Ana Maria Machado — Jornal do Brasil

EXPEDIENTE

BRASIL MULHER

Directora Responsável — Lais Oreb

Conselho Editorial e Pesquisa:

Joana Lopes
Edezina de Lima Oliveira
Rosane de Lourdes Silva
Ethel V. Kasmirski
Rose Mary Souza Serra
Therezinha Gady Zerbini
Marina D'Andrea

Editora: Joana Lopes

Redatores: Equipe Brasil Mulher

Repórter Especial: Mariana D'Andrea

Ilustração: Lila Figueiredo

Arte: Equipe Brasil Mulher

Fotografia: Chico de Rezende

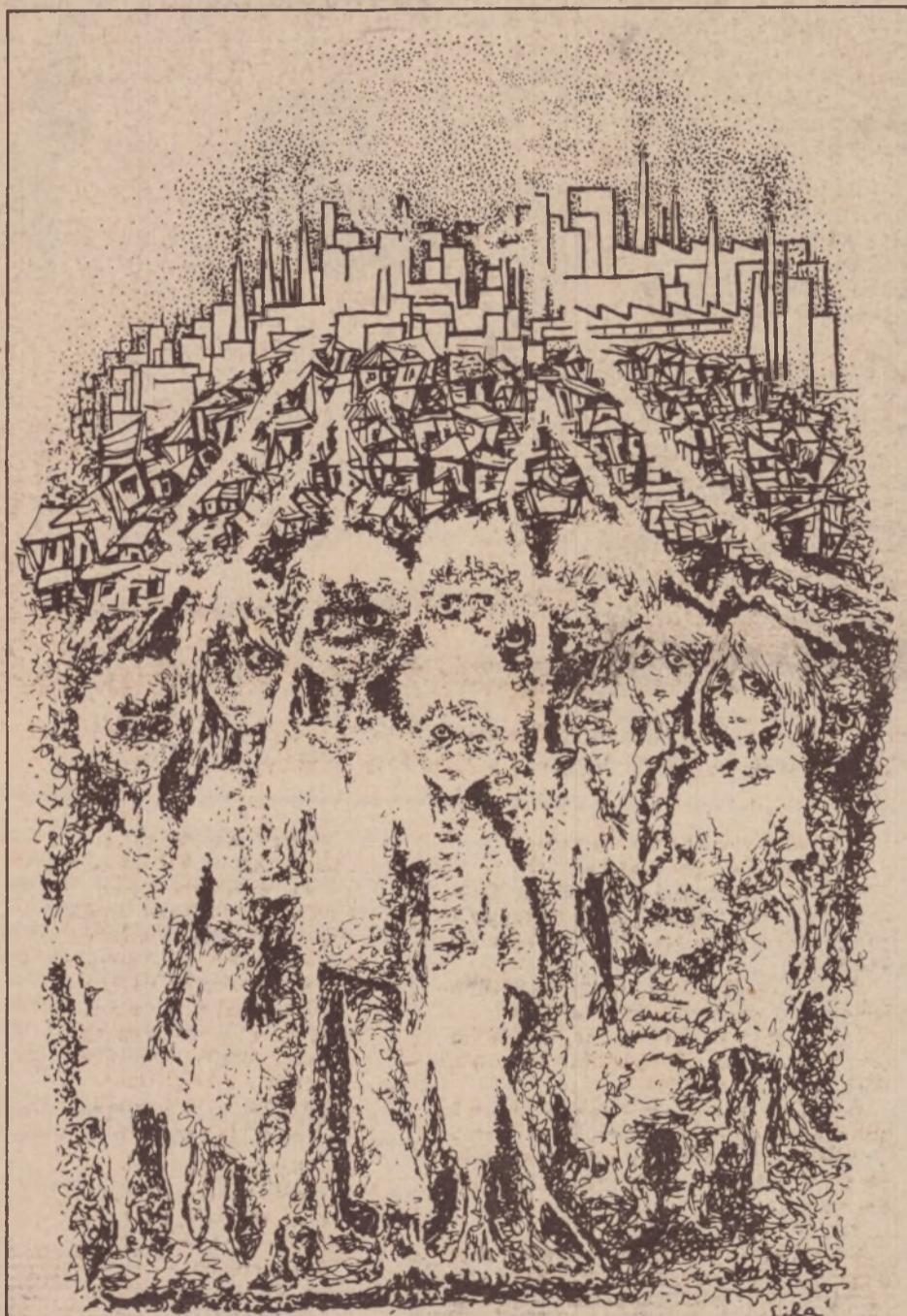
Esta publicação é propriedade da Sociedade Brasil Mulher

Endereço — Av. Inglaterra, 665. Londrina — Paraná.

Caixa Postal 1411 — CEP 86.100 Londrina — Paraná, em nome da Jornal Brasil Mulher

Composta e impressa nas oficinas da PAT — Publicações e Assessoria Técnica Ltda. — R. Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 — Fone: 81-7461 — S. Paulo.

Crianças Burras...



... BURRAS?

ENTREVISTA CONCEDIDA POR ANA MARIA POPPOVIC AO BRASIL MULHER

"Sendo a escola primária uma das instituições mais pobres do país, nela está, paradoxalmente, uma das nossas maiores fontes de desperdício econômico, em virtude dos altos índices de evasão escolar. Em vários Estados Da Federação, as taxas de deserção, no ensino primário, alcançam 99% da matrícula inicial". Folha de São Paulo, 21/3/73.

"Segundo dados do Ministério da Educação e Cultura, apenas 500 mil entre os 18 milhões de crianças brasileiras de 3 a 6 anos de idade, ou seja, 4,2%, são assistidas pela rede de ensino pré-escolar". Folha de São Paulo, 4/9/74.

Ana Maria Popovic, Doutora em Psicologia Clínica em a Tese "Problemas Psico-neurológicos da Aprendizagem da Leitura e da Escrita", lecionou 14 anos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Foi diretora da Clínica Psicológica da referida Universidade, onde supervisionou estágios de formação profissional, e desde 1971 coordena uma equipe de pesquisadores da Fundação Carlos Chagas.

Através de seu trabalho com crianças que apresentavam deficiências na leitura e na escrita, percebeu que tais deficiências, na realidade, tinham causas bem mais amplas do que disfunções psico-neurológicas. Ocorriam com maior frequência principalmente, "jante de carências sociais, tais como: falta de alimentação e estimulação ambiental adequadas.

Começo

"Toda uma população de crianças provenientes de famílias econômica e culturalmente desfavorecidas não está preparada para o nível de aproveitamento que a escola vai exigir delas", diz Ana Maria. Colocando uma criança com esses antecedentes em confronto com outra da classe média, verifica-se que a primeira carece, desde o nascimento, de alimentação adequada e variedade de estímulos e experiências. A segunda é levada a conhecer lugares diferentes, comunica-se com pessoas que a atendem e respondem, é corrigida quando erra no uso da linguagem ou dos raciocínios, é solicitada a planejar certas atividades, recebe incentivos variados para exercitá-la nas faculdades de ordenar, catalogar, classificar e assim por diante, o que significa uma série de apoios, exigências e inter-relacionamentos benéficos."

O tratamento recebido nessa primeira infância — de zero a quatro anos — terá peso determinante no desenvolvimento posterior da criança e mesmo do adolescente. Segundo os estudiosos Hebb, Piaget e Bloom, a importância das primeiras estruturas sensório-motoras, desenvolvidas entre zero e dois anos de idade, têm relevante papel na formação da inteligência. Cinquenta por cento do desenvolvimento de um adolescente de 17 anos, ocorrem no período entre zero e quatro anos de idade; 30 por cento, entre os quatro e os oito anos. Apenas os 20 por cento restantes dependem dos estímulos recebidos depois dos oito anos.

Quando se fala em termos de realidade brasileira, o estudo do problema da marginalização cultural e social torna-se positivamente mais crucial. Grande parte da população é abrangida por condições

econômicas altamente deficientes. Além disso, segundo dados do Ministério da Educação e Cultura, apenas 500 mil entre os 12 milhões de crianças brasileiras de 3 a 6 anos — 4,2 por cento — recebem atendimento da rede de ensino pré-escolar.

Classes

Em alguns dos países chamados industrializados, inúmeros programas educativos objetivam dar às crianças socialmente desfavorecidas as experiências e estímulos que necessitam para uma evolução adequada. No Brasil, entretanto, a escola é tradicionalmente projetada com base nas características psicológicas e culturais dos filhos da classe média e alta. O fato se coloca como grave obstáculo à aprendizagem das "crianças marginalizadas", tanto as provenientes dos "cordões-de-miséria" que se formam ao redor das grandes cidades, como da área rural. Ao iniciarem sua aventura escolar encontram-se, em geral, muito aquém do ponto considerado pela escola como normal e comum a uma determinada faixa etária.

O que Ana Maria propõe o fornecimento, às "crianças marginalizadas", dos elementos necessários para o desenvolvimento de sua potencialidade natural antes do momento em que ela entra na escola, ou seja: antes que sua capacidade de aprendizagem sofra processos de deterioração e estagnação. De uma amostra colhida entre crianças de 4 a 6 anos que frequentam parques infantis no município, evidenciou-se grande disparidade entre as crianças de famílias de classe média e as de nível sócio-econômico baixo.

Verificou-se, de maneira geral, uma defasagem de dois anos entre a capacidade de realização das crianças dos dois grupos. As diferenças de desempenho aumentam com a passagem dos anos, segundo foi comprovado pela pesquisa, aparecendo o fenômeno do deficit cumulativo, que aumenta à medida em que a criança avança num sistema escolar, no qual ingressou sem estar devidamente preparada". O despreparo justifica os altos índices de repetência assinalados na primeira série do primeiro grau. Em vários Estados brasileiros, o índice de deserção assoma a 99 por cento do número de matriculados, o que leva algumas fontes a declararem que a escola primária é uma das maiores fontes de desperdício econômico, em virtude dos altos índices de evasão. A pesquisa destinou-se a fornecer subsídios para um currículo de intervenção, que tornasse em conta" as maiores fragilidades e as áreas problemáticas das crianças de nível sócio-econômico baixo, bem como de suas famílias.

Além do conhecimento do grau de capacitação e do volume de informações das crianças, o trabalho exigiu um levantamento amplo das suas condições de vida familiar. O currículo, entretanto, está em fase de elaboração para ser aplicado em parques infantis, dentro da estrutura de funcionamento que já possuem. Segundo Ana Maria, pensa-se, paralelamente, numa avaliação sistemática dos resultados obtidos após a implantação experimental, com o objetivo de verificar os benefícios que podem acarretar em nível de aproveitamento escolar do primeiro grau de ensino".

ARTE / COMUNICAÇÃO

ROSALÍA
REVIVE

Sua Editora:
Pero dile o favor, caso meu artigo seja
sculo de uma atençāo especial para a
ortografia galega que é difícil.
Recomendo a leitura também o nome
da Rosalía que tem acento agudo no i.
Os 3 poemas traduzidos do galego foram
retirados de uma tradução das poesias da
Rosalía, do galego e do espanhol, que publica-
quei num livro de 1966.
Isto com assombro ao escrever para seu
jornal que já se passaram quase 10 anos!
Ainda deseo uma mesma devocāo que
Rosalía seja conhecida e amada e que a
Galiza seja redimida.
Agradeço sua atenção.
Ecléa Bosi

Ergue-te, minha amiga
que já cantam os
galos do dia!
Ergue-te, minha amada
porque o vento
muge como uma vaca.

O Que o Brasil
Deve À Galiza

Os galegos não chamam sua terra de pátria, mas de mātria.

Māe de nosso idioma, o Galiza foi a māe de nossa primeira poesia, a trovadoresca.

A Catedral de Santiago de Compostela, sua capital, foi a meta das romarias medievais, e os peregrinos que se guiavam pelas estrelas chamavam a Via Láctea de Caminho de Santiago.

Seu idioma, proibido e condenado até agora (1), é o mesmo dos trovadores, dos cantares de amor e cantares de amigo.

Sua paisagem é aquela descrita nos cancioneiros, em Dom Diniz, com verdes pinos, ribeiros, pastores, estorninhos nos avelanais:

Ay, estorninho do avelanal
quando cantades vós, moir' eu,
e peno, e d'amores ei mal

A Galiza é a mais antiga civilização neolatina da península ibérica. Basta que se enterrem as mãos nessa terra maternal para que se toque o granito, a rocha celta, as vozes de uma raça antiga: daqueles celtas que buscaram as ilhas do Mar Tenebroso. Daí, sua saudosa condição de Finisterre.

Tudo nela está próximo de Portugal: língua, costumes, raça, afinidades.

Minha avó brincava de saltar o Minho de margem a margem gritando:

— Estou em Portugal! — Estou na Galiza!
"Non, non pode ser qu' o Minho
nado em terra galician
sopare do nosso chan
o chan d'un povo veciño
e, más que veciño, hirmán".

Tudo na Galiza anseia por Portugal, e rezam suas moças: "Señor, dadme pan, paz y un portuguésino".

Esta é a canção com que Garcia Lorca quis acordar Rosalía, poeta da Galiza, e a própria terra galega do sono da morte em que seu idioma e sua cultura foram condenados pelo regime franquista.

A miséria despovoa seus campos, expulsa os galegos dos lares, cobre as mulheres de luto e suas crianças, dífās de pais vivos, eram punidas com pancadas nas escolas quando falavam seu idioma.

Seu maior poeta é Rosalía de Castro, musa dos oprimidos e humilhados:

Castellanos de Castilla,
tratade ben ôs gallegos!
Cando van, van como rosas,
cando ven, ven como negros.

Premita Dios, castellanos,
castellanos que aborreço,
qu'antes os gallegos morran
qu'ir a pedirvos sustento.

Galego é Insulto
em Português

Galego significa lavrador ~~pobre~~, emigrante, labrego, maroto, miserável. O dicionário o dá como termo depreciativo.

Galegadas significa expressão grosseira, boçal.

Escritores e críticos, tirai de vossos livros essa expressão de preconceito contra um povo pobre!

Rosalía,

A Mulher Galega

A paisagem galega é pontilhada por mulheres de luto que se debruçam das penhas e janelas para o mar, onde seus homens partiram:

Se o mar tivera varandas
fora — te ver no Brasil;

mas o mar não tem varandas,
amor meu, por onde hei d'ir?

Rosalía, descrita por Juan Ramon Jiménez como uma trágica "negra de roupa e pena", assumiu a condição oprimida de seu povo.

A vida, morte e ressurreição de Rosalía lembram a própria história da Galiza.

Seu registro de nascimento, assentado em Santiago de Compostela, declara-a filha de pais ignorados.

Órfā de pais vivos, só na adolescência é entregue à verdadeira māe, Dona Teresa de Castro y Abadia, dama da aristocracia rural de cuja casa foi banida Rosalía ao nascer.

Aos oito anos, já escreve versos.

Sua aguda sensibilidade social, sua sede de justiça a identificam com o antigo reino de Galiza, hoje província pobre e marginalizada que a Espanha anexou à força.

A orfandade de Galiza, órfā de māe viva, inspira seus livros: *Cantares Gallegos, Follas Novas, En las orillas del Sar*.

Suas composições podem ser cantadas, fluem para a música e o *Cancioneiro da Ajuda* transcreve versos rosalianos como se fossem tradição popular galaico-portuguesa. Que destino feliz para um poeta!

3 Poemas de Rosalía

I

Foi a Páscoa seca,
choveu em São João,
à Galiza a fome
logo chegará.

Com melancolia
olham para o mar
os que noutras terras
têm que buscar pão.

II

Teci sozinha o meu linho,

semeei só minha horta
e só, vou por lenha ao monte,
e só, vejo-a arder no lar.
Nem na fonte, nem no prado,
assim morra com meu fardo,
ele não há de vir-me erguer
nem na terra me deitar.

Que tristeza! O vento zoa,
canta o grilo o seu compasso..

Ferve a panela... meu caldo
sozinha o hei de cear
Cala, rôla; os teus arrulhos
ânsias de morrer me dão.

Cala o grito, que se cantas
sinto negra solidão.
Meu companheiro perdeu-se,
ninguém sabe onde vai ...

Andorinha que passaste
com ele as ondas do mar,
andorinha, voa, voa,
vem dizer-me onde ele está.

III

Não cuidarei dos rosais
que ele deixou, nem pomos;
que eles sequem como eu seco,
que eles morram como eu morro.

NR. — Estes poemas pertencem ao livro *Poesias de Rosalía de Castro*, Editora Nós, que Ecléa Bosi traduziu em 1966 do galego antigo e do espanhol.

NR. — (1) No dia 17 de outubro, o governo espanhol assinou decreto autorizando todos os dialetos que estavam proibidos na Espanha desde o término da Guerra. Agora, galegos, bascos, catalães e valencianos, que constituem a terça parte do povo espanhol, poderão usar legalmente seus dialetos em escolas e qualquer meio de difusão.

D. Gumercinda:
ouve, fala e pensa
113 anos de Brasileira

